



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 12ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**25/04/2013
QUINTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 25/04/2013.**

12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RQS 341/2013 - Não Terminativo -		10
2	RQS 344/2013 - Não Terminativo -		12
3	RQS 336/2013 - Não Terminativo -		14
4	RQS 337/2013 - Não Terminativo -		16
5	RQS 343/2013 - Não Terminativo -		18
6	RRE 18/2013 - Não Terminativo -		21

7	MSF 4/2013 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPPLY	23
8	MSF 17/2013 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	64
9	PDS 28/2013 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	91

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(51)(52)(59)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(16)(13)(17)(52)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(25)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(35)(48)(31)(32)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(21)(22)(41)(40)(36)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(46)(10)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(18)(38)(53)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(61)(62)(57)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(54)(42)(57)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(39)(57)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(9)(57)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(34)(44)(33)(57)(43)	ES (61) 3303-4161/5867	3 VAGO(28)(27)(45)(57)	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM)
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 25 de abril de 2013
(quinta-feira)
às 09h30**

PAUTA

12ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

Adição do ITEM Nº 9 na Pauta.

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 341, de 2013

Requer, com base no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 2 a 8 de maio de 2013, por ter sido convidado pelo Embaixador do Chile no Brasil para participar de reuniões de trabalho entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal Brasileiro e a Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, que se realizarão em Santiago. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do País no período de 2 a 8 de maio de 2013.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pendente de Relatório

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 344, de 2013

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como de missão no exterior a participação em reuniões com parlamentares no Parlamento Chileno, a realizarem-se nas cidades de Valparaíso e Santiago, no período de 4 a 8 de maio de 2013. Comunica, ainda, conforme o disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do País no período de 4 a 8 de maio de 2013.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pendente de Relatório

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 336, de 2013

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 6 a 11 de maio de 2013, para participar, na qualidade de membro da Frente Parlamentar Mista Pró-Gás, de missão oficial nas cidades de Washington e Pittsburg, EUA, a fim de conhecer as políticas de venda, consumo e exploração das jazidas de gás de xisto.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pendente de Relatório

Textos disponíveis:

[Avulso de requerimento](#) (RQS 336/2013)

[Texto inicial](#)

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 337, de 2013

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-

se do País, no período de 13 a 17 de maio de 2013, para participar do III Fórum Anual Latino-Americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas, a convite da Federação Latino-Americana e do Caribe de Internet e Comércio Eletrônico, que se realizará em Miami, EUA.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pendente de Relatório

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 343, de 2013

Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 7 e 11 de maio de 2013, para participar, como debatedor, na Conferência Anual da Eastern Economic Association - EEA, que ocorrerá em Nova York, Estados Unidos da América. Assim, comunica ausência do País no período de 7 a 11 de maio de 2013.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pendente de Relatório

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA

NACIONAL Nº 18, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater sobre a imigração ilegal no Brasil, sua evolução, consequências e propostas para o enfrentamento da situação. Para tanto, solicito que sejam convidados: Representante do Ministério da Justiça; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério do Trabalho; Representante Comitê Nacional para Refugiados (Conare); Representante do Conselho Nacional de Imigração.

Autoria: Senador Jorge Viana

Observações:

O Requerimento foi lido na Reunião do dia 18/04/2013.

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Pedro Simon (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Em 18/04/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Em 18/04/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2013

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Sérvia sobre a Isenção de Vistos para seus Respektivos Nacionais, assinado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

1



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 341, DE 2013

Com base no artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença dos trabalhos da Casa no período de 02 a 08 de maio do corrente ano, por ter sido convidado pelo Embaixador do Chile no Brasil para participar de reuniões de trabalho entre as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal Brasileiro, que tenho a honra de presidir, e da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, que se realizarão em Santiago, capital Chilena, conforme programação anexa.

Comunico nos termos do artigo 39, inciso I do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País no período de 02 a 08 de maio do corrente ano.

Brasília, 17 de abril de 2013.

Senador **RICARDO FERRAÇO**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 18/04/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: 11692/2013

2



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 344, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior a minha participação, no período de 04 a 08 de maio de 2013, de uma série de reuniões com parlamentares no Parlamento Chileno, a realizarem-se nas cidades de Valparaíso e Santiago, capital da República do Chile.

O objetivo das visitas é o estreitamento dos laços democráticos entre os países, intensificando o relacionamento entre as casas legislativas e a troca de experiências sobre o seu funcionamento.

Para efeito do disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que estarei ausente do País no período de 04 a 08 de maio de 2013.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Amélia
PP - RS

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 19/04/2013.

3



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 336, DE 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a Vossa Excelência autorização para ausentar-me do País, com ônus para esta Casa, no período do dias 06 a 11 de maio do corrente ano para participar da **Missão Oficial aos Estados Unidos da América a Respeito da Exploração de Gás de Xisto** na qualidade de membro do Frente Parlamentar Mista Pró-Gás, que se realizará nas cidades de Washington e Pittsburg, nos EUA.

Sala das Sessões, em de 2013

Senador **CÍCERO LUCENA**

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 18/04/2013.

4



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 337, DE 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência autorização para ausentar-me do País, com ônus para esta Casa, no período do dias 13 a 17 de maio do corrente ano para participar da **III Fórum Anual Latino-Americana de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas** a convite da Federação Latino-Americana e do Caribe de Internet e Comércio Eletrônico (ECOM-L@C), que se realizará na cidade de Miami, nos EUA.

Sala das Sessões, em de 2013

Senador **CÍCERO LUCENA**

(Á Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no **DSF**, de 18/04/2013.

5



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 343, DE 2013

Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 7 e 11 de maio do corrente, em função do convite anexo, formulado pelo Dr. Alexandre Olbrecht, Diretor-Executivo da “Eastern Economic Association” – EEA. Na ocasião participarei, como debatedor, da Conferencia da Anual da EEA realizada em colaboração com a “North American Basic Income Guarantee Association”, que ocorrerá em Nova York, Estados Unidos da America. No evento farei uma palestra sob o título A Renda Básica de Cidadania Irradia-se pelo Continente Americano, “The Basic Income Idea Spreads in the American Continents”.

Ainda, nessa oportunidade, farei uma preleção para os estudantes do Ramapo College de Nova Jersey, acerca da Renda Básica de Cidadania e sua importância como instrumento de justiça social.

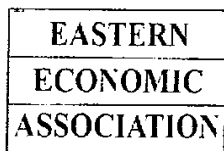
Assim, em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I, do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período de 7 a 11 de maio de 2013, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões,

Assinatura manuscrita de Eduardo Matarazzo Suplicy em tinta preta, com uma caligrafia fluida e estilizada.

Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLCY**

Anexo – Convite Formulado pelo Eastern Economic Association



505 Ramapo Valley Rd, Mahwah, NJ 07430
Phone: 201.684.7346

Letter of Invitation

To His Excellency Senator Renan Calheiros
President of the Brazilian Federal Senate

April 16, 2013

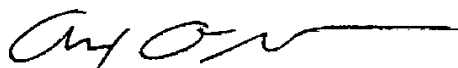
Dear Senator Renan Calheiros,

The Eastern Economic Association, in collaboration with the North American Basic Income Guarantee association, hosts an annual conference every year. This year our conference will be held in New York City from May 8 to May 11. The association invites scholars from all around the world to discuss pertinent economic concepts to a sophisticated audience of scholars and practitioners. As such, we are inviting Senator Eduardo Suplicy to speak at our conference, both to represent the Senate of Brazil, and most importantly to act as an ambassador for the wonderful citizens of your country. Senator Suplicy is one of the world's leading experts on basic income and would provide a wonderful benefit to conference participants.

In addition to speaking at the conference, we have invited Senator Suplicy to also speak to students at Ramapo College of New Jersey, the academic headquarters of the Eastern Economic Association and New Jersey's public liberal arts college located just outside New York City. As part of its four pillars, the college seeks to expose our students to international dialogue and Senator Suplicy would be most welcomed by our students. The senator would be the forth speaker in the EEA headquarters series, following Nobel Laureates Paul Krugman and Joseph Stiglitz, and internationally renowned environmental economist Yoram Bauman.

Further information on our program can be found on our website (www.ramapo.edu/eea). Should you have any questions, please let me know. B

Best regards,



Alexandre Olbrecht, Executive Director, EEA

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 19/04/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF

OS: 11727/2013

6



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR JORGE VIANA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater sobre a imigração ilegal no Brasil, sua evolução, consequências e propostas para o enfrentamento da situação.

Para tanto, solicito que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Justiça;
- Representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Representante do Ministério do Trabalho;
- Representante Comitê Nacional para Refugiados (Conare);
- Representante do Conselho Nacional de Imigração.

Sala da Comissão, de abril de 2013.

Senador **JORGE VIANA**

7

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 4, de 2013 (Mensagem nº 22, de 01/02/2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.*

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 4, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Julio Glinternick Bitelli, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo do Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary

Glinternick Bitelli, o Sr. Julio Glinternick Bitelli nasceu em Santo André, São Paulo, em 3 de dezembro de 1960.

Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1983, tendo obtido Mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School em 2003. Em 1985 ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1986, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário, em 1991, a Primeiro-Secretário, em 1997, Conselheiro, em 2004 e Ministro de Segunda Classe, em 2008, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: assistente da Divisão das Nações Unidas, em 1987; do Departamento de Organismos Internacionais, em 1988; da Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente, em 1989; da Divisão Especial do Meio Ambiente, em 1990 e Coordenador-Executivo dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, em 2012.

No exterior, atuou na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU) de 1991 a 1994; na Embaixada em Montevidéu, de 1994 a 1996; na Embaixada em Washington, de 1999 a 2003; na Embaixada em Buenos Aires, de 2003 a 2007; na Embaixada em La Paz, de 2007 a 2010 e novamente na Embaixada em Buenos Aires, em 2010.

Entre as missões que desempenhou no exterior cabe ressaltar a chefia da delegação brasileira à VII Conferência dos Estados Partes na Convenção para a Proteção das Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES), em Lausanne, em 1989.

Foi Adjunto da Assessoria Especial da Presidência da República, em 1996.

Em 2007 defendeu a tese “A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?”,

aprovada com louvor no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco - CAE.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a República da Tunísia conta com população de em torno de 10,7 milhões de habitantes, sendo, em extensão, pouco maior que o Estado do Acre. Seu Produto Interno Bruto (PIB) alcançou, em 2011, o montante de US\$ 45,8 bilhões, segundo dados do Banco Mundial.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia em 1956. Entretanto, o relacionamento bilateral só veio a se intensificar a partir dos anos 2000, com aumento do número de visitas de alto nível e com a percepção comum de que os dois países atuam, tradicionalmente, de maneira equilibrada e construtiva na esfera internacional. A Tunísia apoiou a iniciativa brasileira para combater a fome, superar a pobreza e aumentar o volume de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento, por intermédio da Declaração de Nova York, em setembro de 2004. O Brasil, por outro lado, tem acompanhado atentamente os desdobramentos da Revolução Tunisiana de 2011, e manifestado apoio ao êxito do processo de transição democrática naquele país.

No tocante ao comércio bilateral, este retomou fluxos similares aos do período pré-crise financeira ainda em 2011, verificando-se expansão da corrente de comércio. Com efeito, em 2011 o intercâmbio comercial entre os dois países alcançou o total de US\$ 480,88 milhões (US\$ 342,18 milhões em 2010), com saldo favorável ao Brasil em torno de US\$272,07 milhões).

O Brasil exporta para a Tunísia açúcar e derivados, óleo de soja, café, laminados de ferro e aço e veículos automotores. Entre as importações feitas pelo Brasil, destacam-se adubos, fertilizantes e produtos químicos inorgânicos, como superfosfato, fluoretos de alumínio, outros ácidos fosfóricos e fosfatos de cálcio. O Brasil representa cerca de 50% do comércio da Tunísia com a América do Sul e o governo tunisiano tem manifestado crescente interesse em iniciar negociações para concretizar acordo de preferências tarifárias com o

4

Mercosul. Por ocasião da II Reunião do Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul, em agosto de 2012, os sócios autorizaram a Presidência Pro *Tempore* brasileira a prestar informações à Tunísia sobre os processos negociadores do bloco com terceiros países ou grupos de países.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 4, DE 2013** **(nº 22/2013, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Os méritos do Senhor Julio Glinternick Bitelli que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande diagonal finalizada por um traço ascendente.

EM nº 00379/2012 MRE

Brasília, 26 de Dezembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Tunísia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JULIO GLINTERNICK BITELLI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00279 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 26 de dezembro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Tunísia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JULIO GLINTERNICK BITELLI** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JULIO GLINTERNICK BITELLI

CPF.: 069.349.688-67

ID.: 9059 MRE

1960 Filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli, nasce em 3 de dezembro, em Santo André/SP

Dados Acadêmicos:

1983 Direito pela Universidade de São Paulo
 1985 CPCD - IRBr
 1994 CAD - IRBr
 2003 Mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School
 2007 CAE - IRBr. "A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?" (conceito "com louvor")

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
 1991 Segundo-Secretário
 1997 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2004 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

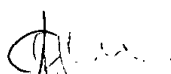
Funções:

1987 Divisão das Nações Unidas, assistente
 1988 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
 1989 Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente, assistente
 1989 VII Conferência dos Estados-Partes na Convenção para a Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES), Lausanne, Chefe de delegação.
 1990 Divisão Especial do Meio Ambiente, assistente
 1991 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Segundo-Secretário
 1994 Embaixada em Montevideu, Segundo-Secretário
 1996 Presidência da República, Assessoria Especial, Adjunto
 1999 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
 2003 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 2007 Embaixada em La Paz, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2010 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro
 2012 Rio+20. Coordenador-Executivo dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável

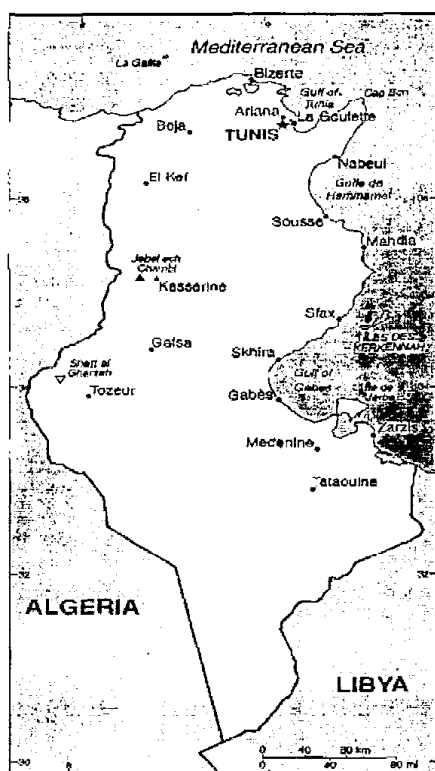
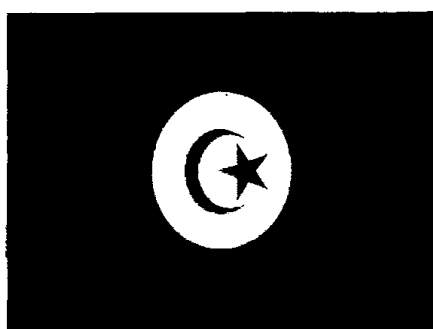
Condecorações:

1997 Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
 1997 Ordem do Mérito da República Italiana, Cavaleiro
 1998 Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Oficial

1998	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Comendador
1998	Ordem de Rio Branco, Oficial
2008	Medalha Amigo da Marinha do Brasil
2010	Ordem do Marechal Andrés de Santa Cruz, Bolívia, Comendador
2012	Medalha do Pacificador



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DA TUNÍSIA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Dezembro de 2012

SUMÁRIO

DADOS BÁSICOS.....	2
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
MONCEF MARZOUKI.....	3
HAMADI JEBALI.....	4
RAFIK ABDESSALEM.....	5
RELAÇÕES BILATERAIS.....	6
Relações com a Tunísia pós-revolução.....	6
Mercosul.....	8
Assuntos consulares.....	9
Empréstimos e financiamentos oficiais.....	9
POLÍTICA INTERNA.....	10
As eleições constituintes e a coalização do poder transitório.....	11
A polarização entre islamistas e seculares e os apelos por consenso e unidade nacionais.....	12
Os novos reagrupamentos políticos.....	14
A deterioração da segurança interna.....	15
Os desafios econômicos e sociais.....	16
Poder legislativo.....	17
POLÍTICA EXTERNA.....	18
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO.....	21
ANEXOS.....	22
Cronologia histórica.....	22
Cronologia das relações bilaterais.....	23
Dados econômico-comerciais.....	26

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Tunísia
CAPITAL	Túnis
ÁREA	163.610 km ² (pouco maior que o Estado do Acre)
POPULAÇÃO	10,7 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAL RELIGÃO	Islamismo
SISTEMA DE GOVERNO	República (Governo provisório; semiparlamentarismo)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional Constituinte)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Moncef Marzouki (desde nov/2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro Ministro Hamadi Jebali (desde nov/2011)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Rafik Abdessalem (desde nov/2011)
PIB (Banco Mundial, 2011)	US\$ 45,8 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 100,49 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2011)	-1,8 (2011); 3,0 (2010); 3,1 (2009); 4,5 (2008); 6,3 (2007)
PIB <i>per capita</i> (Banco Mundial, 2011)	US\$ 4.297 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB <i>per capita</i> PPP (Banco Mundial, 2011)	US\$ 9,415 (Brasil: US\$ 11.769)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar tunisiano (1,4078 por dólar [2011 est.])
IDH	0,698/94º lugar (Brasil: 0,718/84º)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011)	74,5 (Brasil: 73,5)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	78%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	19% (161º do mundo)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	50 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões *F.O.B*) – Fonte: MDIC

BRASIL TUNÍSIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-out)
Intercâmbio	186,87	167,27	232,07	290,27	437,58	243,26	342,18	480,88	415,10
Exportações	112,68	108,83	150,26	169,23	221,18	137,97	217,84	376,47	288,77
Importações	74,19	58,44	81,81	121,04	216,41	105,29	124,34	104,40	126,33
Saldo	38,50	50,39	68,45	48,19	4,77	32,68	93,50	272,06	162,44

PERFIS BIOGRÁFICOS**MONCEF MARZOUKI****Presidente**

Moncef Marzouki nasceu em Grombalia, a 40 km de Túnis, em 7 de julho de 1945. Ao final dos estudos secundários, concluídos no Marrocos, recebeu bolsa do Governo francês para estudar na França. Doutourou-se em medicina na Universidade de Estrasburgo, em 1973. Dedicou-se, sobretudo, à medicina social e comunitária. Em 1979, fundou, na Tunísia, o Centro de Medicina Comunitária em áreas desfavorecidas da cidade de Sousse.

O envolvimento com temas de saúde pública levou-o a engajar-se em favor da promoção dos direitos humanos. Em 1980, iniciou sua militância na Liga Tunisiana dos Direitos Humanos, instituição que presidiu entre 1989 e 1994. Foi, ademais, presidente da Comissão Árabe dos Direitos Humanos (1997-2000), da Rede Africana para a Prevenção da Negligência e do Abuso Infantil (2000-2003), além de porta-voz do Conselho Nacional pelas Liberdades na Tunísia (1998-2001).

Em razão de sua luta pelas liberdades civis e críticas contra o autoritarismo do regime de Ben Ali, sofreu diversas perseguições do Governo. Foi preso por quatro meses, em 1994, ao tentar lançar sua candidatura à Presidência nas eleições daquele ano. Em 2000, após dez anos de docência em saúde pública, perdeu seu cargo por motivos políticos. Foi forçado ao exílio, no ano seguinte, quando o regime de Ben Ali proibiu o funcionamento do centro-esquerdista Congresso pela República (CPR), partido fundado por Marzouki em 2001. Regressou à Tunísia em janeiro de 2011, com o sucesso da revolução que derrubou Ben Ali. Elegeram-se para a Assembleia Nacional Constituinte em outubro de 2011 e, em dezembro do mesmo ano, foi eleito Presidente da República provisório pela Assembleia Nacional Constituinte.

Escritor, Marzouki publicou dezenas de obras em francês e árabe sobre direitos humanos, medicina, e democratização de países árabo-muçulmanos. Em visita a Túnis, em abril de 2012, o Ministro Antonio Patriota reuniu-se com o Presidente Marzouki. Em outubro de 2012, o Presidente Marzouki manteve breve encontro com a Presidenta Dilma Rousseff durante a III Cúpula América do Sul-Países Árabes em Lima.

HAMADI JEBALI**Primeiro-Ministro**

Nascido em Sousse, em 12 de janeiro de 1949, Hamadi Jebali é jornalista e Secretário-Geral do partido islamista *Ennahdha* ("Renascimento"). Iniciou suas atividades como jornalista político em

1981, quando se tornou militante islamista. Foi diretor e editor-chefe do "*Al-Fajr*", periódico semanal do partido Ennahdha.

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Túnis, obteve Mestrado em Energia Solar pela Universidade de Paris. É proprietário de uma empresa especializada em energias alternativas, sediada em Sousse.

Em maio de 1992, quando o Ennahdha foi acusado pelo Governo de preparar golpe de Estado e tramar o assassinato do Presidente Ben Ali, Jebali foi preso e, segundo denunciou, torturado. Em julgamento considerado injusto por observadores da Anistia Internacional, foi condenado a 16 anos de prisão. Cumpriu 15 anos da sentença, 10 dos quais em solitária. Em 2002, após fazer greve de fome, recebeu indulto presidencial, o que lhe permitiu sair do país, em 2006.

Após a Revolução Tunisiana, em janeiro de 2011, o Ennahdha foi legalizado e Jebali passou a exercer livremente as funções de Secretário-Geral e porta-voz do partido. Foi nomeado Primeiro-Ministro da Tunísia em 14 de dezembro de 2011.

Em visita a Túnis, em abril de 2012, o Ministro Antonio Patriota reuniu-se com o Primeiro-Ministro Hamadi Jebali.

RAFIK ABDESSALEM **Ministro dos Negócios Estrangeiros**

Rafik Abdessalem tem 43 anos, é bacharel em Filosofia pela Universidade de Letras Mohammed V, de Rabat, Marrocos, e doutor em política e relações internacionais pela Universidade de Westminster, no Reino Unido (2003).

Abdessalem foi membro do escritório executivo da União Geral de Estudantes Tunisianos (UGTE), de 1987 a 1990. Criou o Instituto Magrebino de Pesquisas e Tradução, no Reino Unido, e presidiu a "Tribuna de Londres", associação que reunia políticos e intelectuais árabes instalados naquela capital. Recentemente, atuava como chefe do Departamento de pesquisas no centro de estudos da cadeia de televisão Al Jazeera, do Catar. É, igualmente, membro dos comitês científico e de pesquisas do "*Centre New Progress*", que reúne numerosos Ministros e personalidades políticas internacionais.

Foi aprovado como Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, pela Assembleia Constituinte, em 23 de dezembro de 2011, juntamente com os demais membros do gabinete do Primeiro-Ministro Hamadi Jebali. É genro de Rached Ghannouchi, o carismático líder do partido Ennahdha.

Em visita a Túnis, em abril de 2012, o Ministro Antonio Patriota reuniu-se com o Chanceler Rafik Abdessalem.

RELAÇÕES BILATERAIS

Apesar de o Brasil ter sido um dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956, o relacionamento bilateral intensificou-se, sobretudo, a partir dos anos 2000, favorecido pela percepção comum de que os dois países atuam, tradicionalmente, de maneira equilibrada e construtiva na esfera internacional. Constatou-se, desde então, maior concertação de posições em temas variados da agenda global, bem como aumento do número de visitas de alto nível, tanto de autoridades do Poder Executivo quanto de parlamentares.

No plano multilateral, a Tunísia apoiou iniciativa brasileira para combater a fome, superar a pobreza e aumentar o volume de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento, por intermédio da Declaração de Nova York, aprovada no “Encontro de Líderes Mundiais para uma Ação contra a Fome e a Pobreza”, às vésperas da 59ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2004. O Brasil, por sua vez, apoiou, no mesmo ano, iniciativa tunisiana de criação do Fundo Mundial de Solidariedade, aprovada pela ONU, que também visa apoiar os esforços de desenvolvimento econômico e social.

No plano bilateral, destacam-se as visitas do então Chanceler Celso Amorim a Túnis, em três ocasiões (2005, 2008 e 2009), e de seu homólogo tunisiano ao Brasil, em 2002, bem como missão à Tunísia do ex-Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, acompanhado de numerosa delegação de empresários, em 2009, no contexto de périplo pelo Norte da África. Deve-se ressaltar, ainda, visita do então Ministro da Defesa tunisiano ao Brasil, quando autoridades brasileiras manifestaram interesse em explorar possibilidades de cooperação bilateral na área de defesa.

Relações com a Tunísia pós-revolução

A eclosão da Revolução Tunisiana, em janeiro de 2011, conferiu destaque ao país no cenário internacional, bem como revelou novas oportunidades para a ampliação do relacionamento bilateral. O Brasil tem acompanhado atentamente os desdobramentos da chamada “Revolução de Jasmim” e manifestado apoio ao êxito do processo de transição democrático do país.

O novo Governo tunisiano, por sua vez, com vistas a tornar sua inserção internacional mais diversificada e estabelecer novas parcerias capazes de dinamizar a economia e ampliar as relações políticas do país,

tem manifestado a expectativa de impulsionar as relações com o Brasil, e estabelecer cooperação em áreas como agricultura, agroindústria, energia renováveis, programas de redução da pobreza e erradicação da fome. O Brasil é visto, ademais, como modelo de transição democrática e de inclusão social, além de importante alternativa para exportações e fonte de investimentos.

O Brasil tem procurado corresponder a tais expectativas. Em março de 2011, contribuiu com US\$ 224 mil ao ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), com destinação à Tunísia, em razão do influxo de refugiados do conflito na Líbia. Desde 2011, o Brasil tem enviado à Tunísia missões voltadas a prospectar novas áreas de cooperação, bem como oportunidades no campo econômico e comercial.

Em maio de 2011, o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos de África e Oriente Médio do Itamaraty, realizou visita a Túnis. A primeira visita de alto nível latino-americana à "nova Tunísia democrática" reforçou as perspectivas de ampliação do relacionamento. Como resultado dessa visita, foi organizada missão técnica brasileira à Tunísia.

A convite brasileiro, a Tunísia ainda participou de "Seminário Internacional sobre Políticas Sociais para o Desenvolvimento", em Brasília, em janeiro de 2012. Diante do crescente interesse que tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento têm demonstrado pelos programas sociais brasileiros, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) organizou o seminário, em parceria com a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), com vistas a apresentar as políticas brasileiras na área e explorar possibilidades de cooperação técnica.

Em fevereiro de 2012, técnicos da ABC, Embrapa, Emater-DF, Universidade Federal de Viçosa e Banco do Brasil visitaram o país para identificar projetos nas áreas de agricultura, extensão rural, meio ambiente e pequenas e médias empresas, com vistas a dar seguimento às demandas do novo Governo tunisiano. Ao final da missão, foi assinado *aide-mémoire* de caráter técnico entre a ABC e a Institution de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur Agricoles (IRESA), que enumera propostas para cooperação bilateral nas diversas áreas de atividade da missão.

Em duas missões da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (fevereiro e abril de 2012), foram prospectadas novas possibilidades de comércio e investimentos no país, com destaque para as áreas de construção civil, agricultura, calçados e produtos químicos.

Importante marco no processo de dinamização das relações com a Tunísia pós-revolucionária foi a visita do Ministro Patriota a Túnis, em abril de 2012. Na ocasião, o Ministro Patriota foi recebido pelo Presidente Moncef Marzouki, pelo Primeiro-Ministro Hamadi Jebali, bem como por seu homólogo, Rafik Abdessalem. Em todas as reuniões, ficou claro o

desejo das autoridades tunisianas em promover o adensamento das relações bilaterais, tanto no plano político e econômico quanto no plano da cooperação técnica, sobretudo nas áreas agrícola e social. Ficou acordada a realização da IV Reunião da Comissão Mista entre os dois países em um futuro próximo, possivelmente após as eleições gerais em meados de 2013, que se deverão seguir à adoção da nova Constituição, prevista para fevereiro de 2013.

Vale ressaltar, ainda, a participação do Secretário de Estado para Assuntos de Américas e Ásia, Hedi Ben Abbes, na I Conferência de Alto Nível da Parceria para Governo Aberto (abril de 2012), em Brasília, bem como a participação da Ministra do Meio Ambiente, Mamia Elbanna Zayani, como Chefe da delegação tunisiana na Conferência Rio+20.

Em setembro de 2012, em atendimento às demandas tunisianas por maior conhecimento da experiência brasileira na área do combate à fome e à pobreza, realizou-se em Túnis o Simpósio Internacional "Políticas Públicas para a Inclusão Social", organizado conjuntamente pelo Governo brasileiro, pela FAO e pelo Governo tunisiano. O seminário foi a principal iniciativa de cooperação do Brasil com a Tunísia na área social até o momento. Ao final do simpósio, que despertou vivo interesse no lado tunisiano, foi ressaltado o desejo de assegurar a participação brasileira em esquemas de cooperação em futuros projetos tunisianos de inclusão social.

No início de outubro de 2012, às margens da III Cúpula América do Sul – Países Árabes, ocorrida em Lima, o Presidente Marzouki e a Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, mantiveram breve encontro bilateral. Na ocasião, o Presidente Marzouzi manifestou interesse de contar com a experiência do Brasil na elaboração e implementação de políticas públicas na área social. Os dois Presidentes trocaram convites para visitas futuras, que aguardam definição de datas.

Em novembro de 2012, o Ministro Abderrahmane Ladgham, encarregado da Governança e da Luta contra a Corrupção veio ao Brasil, para chefiar a delegação da Tunísia na 15ª Conferência Internacional Anti-Corrupção (IACC), organizada pela ONG Transparência Internacional com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU). Por ocasião da visita, o Ministro reuniu-se com a Ministra Carmen Lúcia, presidente do TSE. O propósito do encontro foi melhor conhecer a experiência eleitoral brasileira, para eventual cooperação e utilização da tecnologia do voto eletrônico nas eleições legislativas e presidenciais da Tunísia em 2013.

Mercosul

O Governo tunisiano tem manifestado crescente interesse em iniciar negociações para concretizar acordo de preferências tarifárias com o MERCOSUL. Em 2012, diante de um cenário de persistente crise

econômica na União Europeia – seu maior parceiro comercial –, e na expectativa de que o Brasil venha a se tornar alternativa relevante para a economia do país, a Tunísia tem reiterado, em diferentes ocasiões, seu desejo por iniciar negociações para acordo de liberalização comercial com o bloco. Existe simpatia dos sócios do Mercosul em relação ao movimento de aproximação da Tunísia e ao momento político vivido pelo país norte-africano. Ainda que os sócios considerem não haver, no curto prazo, espaço para novas negociações, na II Reunião do Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul (agosto de 2012), os sócios autorizaram a Presidência Pro Tempore Brasileira a prestar informações à Tunísia sobre os processos negociadores do bloco com terceiros países ou grupos de países.

Assuntos consulares

Há 50 brasileiros vivendo na Tunísia. O setor consular da Embaixada presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros para tomador, público ou privado, da Tunísia.

POLÍTICA INTERNA

O processo político em curso na Tunísia, país pioneiro no contexto da Primavera Árabe, apresenta importante caráter simbólico para os países do Norte da África e do mundo árabe em geral.

Até recentemente, a Tunísia vinha apresentando o processo de transição mais democrático e inclusivo da região. Na disputa pela definição do projeto de transição democrática a ser trilhado, prevaleceu a proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), com vistas à substituição da Carta que vigorava desde 1959. Em seguida, institui-se colegiado da sociedade civil (a Instância Superior Independente para as Eleições - ISIE) para conduzir o processo eleitoral, que resultou na eleição da ANC em 23/10/2011. Foram as primeiras eleições legislativas verdadeiramente democráticas na história republicana do país e, também, as primeiras eleições para a formação de uma Constituinte realizadas no âmbito da Primavera Árabe. Uma vez eleita, a ANC passou a deter, ademais, poder legiferante provisório. Formou-se, igualmente, coalizão de governo que refletiu o resultado das eleições. Em dezembro de 2011, a ANC adotou Constituição provisória para guiar a vida política do país no período transitório.

O modelo tunisiano diferenciou-se, assim, da transição no Egito, a qual se deu, em um primeiro momento, sob a tutela militar e vem apresentando recorrentes conflitos institucionais, em função, sobretudo, da decisão de realização de eleições parlamentares e presidenciais prévias à adoção da nova Constituição. O exemplo tunisiano tem inspirado, ademais, o plano de transição que está sendo implementado na Líbia.

Inicialmente prevista para 23/10/2012, a adoção da nova Constituição tunisiana deverá dar-se, em princípio, em fevereiro de 2013. Eleições presidenciais, legislativas e municipais estão atualmente previstas para ocorrer em meados de 2013.

A transição tunisiana tem, contudo, enfrentado graves desafios. No plano político, o país enfrenta clivagem entre forças políticas seculares e islamistas, a qual tende a retirar fluidez ao processo político. Essa polarização se vê refletida em embate travado na própria sociedade, cujo cotidiano tem sido pontuado por episódios de violência religiosa inusitada, contrários ao tradicional laicismo do Estado e da sociedade tunisianos. O reagrupamento de forças de oposição e a proliferação de movimentos sociais reivindicatórios tem evidenciado, ademais, um desgaste na legitimidade do governo de transição. O fortalecimento dos movimentos sindicais, por sua vez, também tem levado a embates violentos entre forças do governo liderado por islamistas e representantes do movimento sindical. No plano social e econômico, dificuldades em atender às grandes reivindicações sociais que estiveram à base da Revolução de Jasmim

comprometem a paz social no país e ameaçam frear o progresso que vem sendo trilhado no plano da transição política.

As eleições constituintes e a coalização do poder transitório

No cômputo das eleições para a ANC em outubro de 2011, o partido islamista moderado Ennahda (proscrito desde 1988 e legalizado em março de 2011), obteve expressiva vitória (89 dos 217 assentos). Em segundo lugar, ficou o nacionalista de esquerda "Congresso para a República" (CPR) (29 assentos), seguido da lista independente "Al-Aridha" (26 assentos), e do socialista "Ettakatol" (20 assentos). Acordo entre os três partidos mais votados (Ennahda, CPR e Ettakatol) permitiu a formação de Governo provisório (a "troika governista") inicialmente revestido de legitimidade popular para conduzir o país até a realização de novas eleições gerais. Coube a Mustapha Ben Jaafar ("Ettakatol") a Presidência da ANC, a Moncef Marzouki (CPR) a Chefia de Estado (Presidente da República) e a Hamadi Jebali ("Ennahdha"), o cargo de Primeiro-Ministro. No novo Governo, coube ao Ennahda as principais pastas políticas (Interior, Justiça, Negócios Estrangeiros, entre outras).

A vitória do "Ennahda" pode ser atribuída, em boa medida, à adoção de discurso moderado, no qual o partido se comprometia a assegurar os direitos humanos e o Estado de Direito, o que esvaziou as principais críticas que lhe eram dirigidas. Ademais, após as experiências de governos secularistas repressores, o discurso dos partidos laicos durante a campanha eleitoral transmitia sensação de continuidade, com a qual grande parte da população queria romper. Não se pode descartar, por fim, o apelo que a identidade árabo-muçulmana do partido islâmico pode ter exercido sobre o eleitorado, em oposição aos demais partidos laicos, vistos como ocidentalizados.

Ainda em 2011, os partidos membros da aglomeração política "Instância Superior para a Realização dos Objetivos da Revolução, da Reforma Política e da Transição Democrática", entre os quais estavam dois dos integrantes da "troika" governamental ("Ennahdha" e "Ettakatol"), comprometeram-se a concluir os trabalhos da ANC e apresentar o calendário eleitoral até 23/10/2012. Contudo, em razão de discordâncias sobre vários artigos da Constituição, sobretudo aqueles relacionados ao sistema de Governo (presidencialismo ou parlamentarismo) e à separação entre Estado e religião, ainda não foi possível concluir o texto - o que vem ocasionando insegurança em certos setores, em razão do prolongamento desta fase em que a "troika", majoritária na ANC, não tem as ações limitadas por nenhum texto legal definitivo.

Em resposta à essas dificuldades, a "troika" divulgou comunicado à imprensa em 13/10/2012m anunciando sua concordância em organizar eleições presidenciais e legislativas em 23 de junho de 2013, com um

segundo turno para as presidenciais em 7 de julho de 2013. Ainda segundo o comunicado, os três partidos deverão propor à ANC "um regime misto (de governo), no qual o Presidente seria eleito por sufrágio universal".

Essa decisão anunciada pela "Troika" sobre o sistema de governo da Tunísia significa que o islamista "Ennahdha", que se apegava a um modelo parlamentarista puro, teria cedido a seus parceiros de coalizão, que, como a maioria das forças partidárias do país, apoiariam um sistema presidencialista híbrido.

Essa decisão, se confirmada pela adoção da nova Constituição, deverá ter efeitos importantes no futuro político da Tunísia. Ainda que bem conhecido do público como partido, membros individuais do "Ennahdha" teriam, segundo analistas, grau de rejeição que não possibilitaria ao partido fazer o futuro Chefe de Estado. Dentre seus líderes, tanto o presidente da agremiação, xeique Rached Ghannouchi, quanto o Primeiro Ministro Hamadi Jebali, têm taxas de aprovação inferiores às do Presidente Moncef Marzouki, em todas as pesquisas de opinião até agora divulgadas. Em contraste, como agremiação política, o "Ennahdha" aparece na frente de todos os demais partidos, o que demonstraria que a opção parlamentarista lhe seria mais favorável no plano eleitoral.

A polarização entre islamistas e seculares e os apelos por consenso e unidade nacionais

O quadro político atual continua marcado pela clivagem islamismo-laicismo que já havia caracterizado a campanha eleitoral para a ANC. A separação entre Estado e religião vinha dominando os principais debates da ANC e da vida pública tunisiana. Apenas em julho de 2012 se teria chegado a acordo para a exclusão de menção à xariá no projeto de Constituição (segmentos do Ennahda defenderam até o último momento sua inclusão como fonte única ou principal da legislação). A tentativa da coalizão de evitar agenda ideológica em favor da discussão de uma agenda política pragmática, voltada à reconfiguração institucional e à construção de novo modelo econômico para o país, vinha sendo, assim, parcialmente baldada.

Paralelamente às divergências no plano político, o cotidiano tunisiano tem sido pontuado por recorrentes distúrbios capitaneados por forças salafistas contrárias a manifestações intelectuais e culturais "ofensivas à moral islâmica". No quadro de tensões deflagrado pela crise na coalizão de governo e pela renovada intimidação salafista, as principais forças políticas e da sociedade civil lançaram apelos em favor da moderação e do consenso, necessários à manutenção do processo de transição democrática.

Em seu discurso no dia 6/7/2012, o Presidente Marzouki, convidou todos os partidos a se associarem à tomada de decisões no país, para evitar

"a centralização excessiva do poder, a hegemonia e a exclusão". O Presidente da ANC, Mustafa Ben Jaafar (Ettakatol), por sua vez, emitiu declarações sobre a necessidade de lutar contra toda a forma de ditadura, em particular contra aquelas baseadas na religião.

No âmbito da sociedade civil, a União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT) lançou apelo em junho de 2012 pelo estabelecimento de um Conselho para o Diálogo Nacional, com vistas a salvaguardar a transição democrática e participação plural na condução do processo transitório. Em seguimento à iniciativa, em outubro de 2012, a UGTT organizou a Conferência para o Diálogo Nacional, que contou com a presença dos Chefes de Estado e de Governo tunisianos. A iniciativa se traduziu em apelo a todas as partes interessadas para que fosse promovido um amplo diálogo nacional de modo a permitir a adoção de uma rota consensual que definisse os próximos passos da transição.

O comunicado final da Conferência afirmou que o período transicional deveria ser "encurtado" para organizar eleições e restabelecer a estabilidade no país. Foi destacada, assim, a inconveniência da data de 23 de junho de 2013 fixada pela troika para as próximas eleições.

O clima de cooperação entre o Governo e a UGTT por ocasião da Conferência foi, contudo, logo abalado por sucessão de incidentes envolvendo integrantes dos chamados "Comitês de Defesa da Revolução" (dominados pelo partido islamista Ennahdha) e sindicalistas. Entre os incidentes, destaca-se o ocorrido contra a União Tunisiana dos Agricultores e Pescadores (UTAP), em Tataouine, em outubro de 2012, que resultou na morte do seu coordenador. O mais grave e recente, ocorreu em dezembro de 2012, durante as celebrações do aniversário de 60 anos da morte do fundador da UGTT, Farhat Hached, quando cerca de 100 membros dos referidos Comitês atacaram militantes sindicais e a sede da organização, em Túnis. Tal ação motivou a convocação de várias greves regionais assim como de uma greve geral de protesto, marcada o dia 13/12/2012, suspensa em virtude de acordo entre o Governo tunisiano e a entidade.

Entre os termos do acordo, prevê-se a constituição de uma comissão conjunta entre a UGTT e o Governo, para inquirir sobre os atos de violência ocorridos e sobre o papel dos Comitês de Defesa da Revolução. Houve garantias do Governo de que os culpados pelos incidentes serão processados.

Vale recordar que, no contexto de contínuo agravamento das condições sociais após a eclosão da Revolução de Jasmim, diversos sindicatos e seções regionais da UGTT têm promovido greves localizadas para reivindicar reajustes salariais e a adoção de políticas de geração de empregos. Diante da crescente deterioração da popularidade da coalizão de governo liderada pelo Ennahdha, os Comitês de Defesa da Revolução

passaram a se mobilizar contra a central sindical, acusando-a de buscar paralisar e desestabilizar o país, com objetivos contra-revolucionários.

Criada antes mesmo da independência da Tunísia, a UGTT desempenhou papel essencial na luta pelo fim do regime colonial, onde foram forjadas algumas das principais lideranças políticas do país. Não por acaso, a UGTT manteve-se ativa - em alguns casos, indicando ministros - ao longo dos governos dos presidentes Habib Bourguiba e Ben Ali, quando constituiu um guarda-chuva para as forças de esquerda e nacionalistas das mais diversas tendências.

Com presença em todo o território tunisiano e milhares de militantes (consta que haveria 500 mil filiados), a UGTT é uma das principais forças políticas do país e, no atual cenário de reagrupamento de forças políticas e deterioração do apoio ao governo provisório, tem exercido o papel de principal movimento de oposição de fato no país.

Os novos reagrupamentos políticos

Desde a assunção do novo Governo provisório em dezembro de 2011, teve início processo de reagrupamento das forças políticas na Tunísia, com o anúncio de fusões e alianças partidárias e o lançamento de novos partidos para disputar as próximas eleições legislativas e presidenciais.

Espera-se que esse movimento de reorganização das forças políticas do país venha a corrigir a excessiva fragmentação do eleitorado, fenômeno que levou à perda de aproximadamente 1,5 milhão de votos (o equivalente à votação do Ennahda) nas eleições da ANC. Os votos "perdidos" destinaram-se a candidatos de partidos que não atingiram coeficiente eleitoral mínimo. Analistas apontam que o Ennahda ter-se-ia beneficiado dessa distorção, uma vez que a referida fragmentação atingiu, sobretudo, as forças políticas seculares, em grande medida ligadas ao proscrito RCD (antigo partido de sustentação de Ben Ali).

No contexto das crises na coalizão de governo e da onda de intimidação salafista que então ocorreu no país, o ex-Primeiro Ministro Beji Essebsi, ex-Chefe do Governo transitório entre fevereiro e dezembro de 2011 lançou, em junho de 2012, o Partido do Movimento "Apelo pela Tunísia", voltado a reagrupar as forças de centro e "a unificar as forças contrárias ao extremismo, bem como a assegurar a alternância de poder e o êxito do processo de transição democrática". O reagrupamento abriga grande número de lideranças do extinto RCD (o partido de Ben Ali).

O Partido "Apelo pela Tunísia" tem-se firmado crescentemente no panorama político tunisiano. Tendo por base os segmentos "destourianos" (vinculados ao projeto do ex-presidente Habib Bourguiba, líder da independência tunisiana), o partido busca agrupar outras forças progressistas. O partido de Essebsi conta, atualmente, com 11 representantes

na ANC e está em entendimento com outros partidos para a formação de uma ampla frente política de oposição nas eleições de 2013. Ainda que lidere as pesquisas de intenção de voto à Presidência da República, Essebsi tem idade avançada (85 anos) e poderá não se candidatar. Ainda não despontaram lideranças que possam substituí-lo, com o mesmo reconhecimento público e capacidade de agrupar a oposição.

Paralelamente, outras iniciativas de reagrupamento tiveram recentemente lugar, como a criação do Partido Republicano (PR), de perfil centrista e liberal, e do "Via Democrática e Social", que agrupa legendas tradicionalmente vinculadas ao movimento sindical.

Os reagrupamentos políticos fizeram-se sentir na ANC, com a migração de parlamentares eleitos por partidos da base governista para a oposição e o surgimento de novos partidos e blocos políticos no seio do Parlamento. Deixaram a base governista, para ingressar em partidos de oposição, 23 parlamentares dos partidos laicos da "troika" governamental, o que fez a base governista passar de 63% para 52% do total de 217 integrantes da ANC.

Atualmente, o "Bloco da Liberdade e da Democracia" constitui a segunda maior força da ANC, com 31 representantes; integram-no 20 parlamentares do "Al Joumhoury" (Partido Republicano-PR), 5 do "Al Massar" (Via Democrática e Social) e 6 independentes; cumpre recordar que o PR foi criado após as eleições de outubro pela fusão do centrista Partido Democrata Progressista (PDP), que elegeu 16 parlamentares, com o liberal "Afek Tounes", que obteve 4 assentos na ANC; "Al Massar", também criado este ano, reúne o pós-comunista "Ettajdid" (Renovação), que elegeu 2 parlamentares, o antigo Partido do Trabalho Tunisiano (PTT) e parlamentares independentes do Polo Democrático Modernista (PDM).

Alguns analistas conjecturam que o reagrupamento político das forças secularistas, aliado às frustrações de expectativas de ganhos imediatos com a Revolução, poderão resultar na perda relativa de votos do Ennahda por ocasião das eleições gerais de 2013. Há, contudo, também a aposta de que tais fatores só farão agravar a atual clivagem verificada entre islamistas e secularistas na Tunísia.

A deterioração da segurança interna

O agravamento das condições sociais e econômicas, bem como a instabilidade resultante dos atos de violência salafista tem contribuído para quadro de degradação da segurança interna.

Em meados de junho de 2012, onda de violência sem precedentes (considerada a pior desde a queda de Ben Ali) levou o Governo a decretar toque de recolher (o primeiro desde maio de 2011) em diversas regiões do país. A onda de ataques incluiu, entre seus alvos, exposição de obras de arte consideradas ofensivas ao Islã, bem como postos policiais,

estabelecimentos privados e um tribunal de justiça. Na ocasião, mais de uma centena de pessoas foram detidas.

Em 14/9/2012, houve ataque de grupos salafistas à Embaixada e à Escola norte-americana em Túnis, que resultou na morte de 4 manifestantes tunisianos e 94 feridos, e chegou a levar à evacuação, por parte dos Estados Unidos, de seu pessoal não-essencial no país. Em outubro de 2012, durante tentativa de invasão de dois postos policiais locais pelos extremistas religiosos, dois militantes salafistas foram mortos e três policiais ficaram feridos em confrontos entre forças de segurança e militantes religiosos na cidade de Douar Hicher, na Grande Túnis.

No interior, por sua vez, recrudesceram antigas rivalidades clânicas, assim como o tráfico ilegal de produtos (incluindo armamentos) na fronteira com a Líbia. Choques inter-clânicos em 2011 e 2012 causaram diversas mortes e dezenas senão centenas de feridos no país, fenômeno considerado inusitado. Em quadro de relativa ausência da autoridade do Estado e de seu aparato de segurança, as relações políticas e econômicas no âmbito local vem-se reestruturando segundo lógica própria. Vale lembrar que, após a dissolução do antigo RCD (o onipresente partido de Ben Ali), a presença do Estado não logrou, até o momento, restabelecer-se plenamente em diversas regiões da Tunísia.

Os desafios econômicos e sociais

Os problemas econômicos e sociais que levaram o povo tunisiano a insurgir-se há cerca de um ano e meio, estão longe de estar solucionados. Ao contrário: o desemprego e as desigualdades sociais e regionais, temas sociais mais caros à "Revolução de Jasmim", mostraram, em 2011, sinais de agravamento. O Instituto Tunisiano de Estatística estimou em 2,2% a contração do PIB em 2011, com queda ainda mais pronunciada nas regiões mais desfavorecidas. A produtividade industrial também baixou em 2011 e o setor de turismo viveu crise sem precedentes. O desemprego passou de 14% (2010) para 19% em 2011 e o país passou a viver com o espectro da alta de preços de bens de consumo. Esse quadro é agravado pela crise econômica no continente europeu, destino de 80% das exportações tunisianas e origem da maior parte dos turistas e das remessas dos cerca de 800.000 expatriados tunisianos.

No interior, a já aludida ausência do poder do Estado e a reorganização das relações de força locais contribuíram para o incremento do setor informal da economia e para a proliferação de atividades ligadas ao contrabando, o que em nada fortalece a capacidade do Estado de promover o desenvolvimento local sustentado e combater as graves desigualdades regionais.

Sem perspectivas de avanços significativos no curto prazo, tem crescido a impaciência da população e o risco de conflitos sociais de maior

gravidade. Índice tangível das tensões é o número crescente de greves e movimentos reivindicatórios que, por sua vez, retardam a retomada plena das atividades econômicas. Segundo informações do Ministério do Interior, até abril de 2012, cerca de 17 mil movimentos de contestação haviam sido registrados no país desde a queda de Ben Ali. Esse número só fez crescer ao longo dos últimos meses.

Nesse quadro de tensões sociais e em contexto político já polarizado, a troika governista é crescentemente criticada tanto por uma oposição parlamentar e extra-parlamentar secularista quanto por uma corrente islâmica mais radical, de cariz salafista.

Embora o presente quadro possa levar a conflitos sociais e políticos de maior envergadura, capazes de causar retrocessos no processo de transição, não há, até o momento, razões para crer, contudo, na possibilidade de uma segunda insurreição popular generalizada. Apesar dos efeitos devastadores imediatos da revolução, bem como da conjuntura econômica europeia desfavorável, a economia e sociedade tunisianas mostram capacidade de recuperação. As instituições financeiras operam normalmente, as empresas funcionam e as atividades ligadas ao turismo se recuperam paulatinamente. Atualmente, o turismo externo já apresenta recuperação de 80%. O encolhimento do PIB em 2011 poderá dar lugar, já em 2012, a um crescimento de 2,2%, segundo estimativas do FMI, o qual, embora insuficiente para fazer frente às expectativas da população, denota tendência de recuperação progressiva.

Poder legislativo

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC), eleita em 23/10/2011 após a “Revolução de Jasmim”, constitui o Poder Legislativo transitório tunisiano, de caráter provisoriamente unicameral, com 217 assentos.

O partido *Ennahdha* (“Renovação”) assumiu a maior bancada da Assembleia, com 89 assentos. Na sequência, figuram o Partido do Congresso pela República (CPR), com 29 assentos; o *Al-Aridha* (“Petição Popular”), com 26 assentos, e o socialista *Ettakatol* (“Fórum”), com 20 assentos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa tunisiana esteve, tradicionalmente, voltada para a Europa, continente com o qual mantém 80% de seu intercâmbio comercial. Após a queda de Ben Ali, contudo, o discurso revolucionário afirmou que a continuidade da priorização das relações com o Norte seria incongruente com a “nova diplomacia revolucionária”. O atual Governo transitório, formado em dezembro de 2011, tem adotado postura mais equilibrada. Ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de aprofundar a integração com o espaço magrebino e países árabes em geral, de consolidar os laços com a África e de desenvolver o relacionamento com as novas forças emergentes, nomeadamente China, Índia, Brasil e Turquia (primeiro destino ao exterior do novo Chanceler), o novo Governo tunisiano também tem sublinhado a necessidade de aprofundamento das tradicionais relações com os Estados Unidos e, sobretudo, com a Europa.

Maior e mais tradicional parceiro do país, a Europa deverá permanecer, de fato, parceiro incontornável para a política externa tunisiana, em função dos laços econômico-comerciais, da ajuda ao desenvolvimento direcionada ao país, bem como da expressiva presença de emigrantes tunisianos naquele continente (sobretudo na França, onde vivem cerca de 800 mil tunisianos). Nesse quadro, a Tunísia busca aproveitar seu pioneirismo no contexto da primavera árabe para atrair apoio financeiro e técnico de países desenvolvidos, sobretudo europeus.

Em novembro de 2012, foi assinada a Declaração Conjunta sobre parceria privilegiada, entre Tunísia e União Europeia. O instrumento, de caráter político, prevê a retomada das negociações com vistas à integração progressiva deste país no mercado europeu e o futuro estabelecimento de uma zona bilateral de livre comércio. O acordo vem sendo considerado pelo Governo como altamente vantajoso para a economia tunisiana, já que permitirá que empresas de terceiros países possam utilizar a Tunísia como base para exportar seus produtos para o mercado europeu.

Por outro lado, o país tem buscado aprofundar iniciativas de integração regional. A consolidação da União do Magrebe Árabe (UMA), criada em 1989 após assinatura de tratado constitutivo pelos representantes dos cinco países-membros (Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) é prioridade na agenda do Presidente Marzouki. O ideal de integração econômica e política da UMA, contudo, sofreu, desde o início, dificuldades relacionadas às divergências entre Marrocos e Argélia a respeito da soberania do Saara Ocidental. Até o advento da chamada “Primavera Árabe”, o esvaziamento da UMA era patente. O Conselho de Chefes de Estado não se reúne há mais de dezoito anos (última cúpula foi realizada em Túnis, em abril de 1994).

Em fevereiro de 2012, contudo, realizou-se a primeira reunião de Chanceleres da UMA em Rabat. Na ocasião, formalizou-se o acordo obtido pela Tunísia com todos os Chefes de Estado da região para reunir os cinco

presidentes ainda em 2012, em Túnis. Decidiu-se, por outro lado, intensificar os contatos entre os países-membros com vistas a promover reuniões ministeriais no âmbito da cooperação econômica, financeira e comercial, além de formar grupos de estudos voltados para temas tais como infraestrutura, formação e qualificação de recursos humanos, segurança alimentar e luta contra tráfico, contrabando e terrorismo. À primeira reunião de chanceleres da UMA seguiu-se outra em julho, cujo principal tema foi a questão da segurança regional. Em setembro de 2012, realizou-se a I Reunião dos Ministros de Assuntos Islâmicos da UMA. A reunião de Chefes de Estado, contudo, foi postergada em virtude do atentado perpetrado contra o Presidente da Mauritânia em outubro de 2012, que levou à sua hospitalização.

Ciente das dificuldades de integração decorrentes, sobretudo, da tradicional rivalidade entre Marrocos e Argélia em torno da questão do Saara Ocidental, a Tunísia propõe avanços concentrados em temas econômicos. Atualmente, o percentual de trocas intra-regional é de apenas 3%. Estudos do Banco Mundial indicariam ser possível criar mais de 40 mil empregos e se alcançar entre 2% e 3% de aumento no PIB regional caso se concretizasse a livre circulação de bens entre as fronteiras dos cinco países da UMA.

A situação na Líbia tem tido impacto direto na Tunísia, onde se refugiaram milhares de líbios e cidadãos de outras nacionalidades por ocasião do conflito civil e da intervenção estrangeira naquele país. A Tunísia ainda sofre com o tráfico de armas provenientes do conflito líbio. Em novembro de 2012, o Presidente do Congresso Geral Nacional da Líbia, Mohammed Youssef El Mogarief, realizou visita oficial à Tunísia. O principal tema das conversações foi a integração econômica entre os dois países. Na ocasião, o Presidente do Congresso líbio anunciou uma doação de 100 milhões de dinares (equivalentes a US\$ 72 milhões) a este país, além da concessão de créditos a juros subvencionados, também no valor de 100 milhões de dinares. A ajuda financeira líbia foi possibilitada pela recuperação das atividades de produção de petróleo no país, que já ultrapassaram os níveis de produção pré-conflito (1,5 milhão de barris diários).

Túnis também acompanha atentamente a situação no Levante e em todo Oriente Médio e tem-se mostrado defensora dos direitos do povo palestino. País pioneiro no contexto da chamada "Primavera Árabe", a Tunísia adota postura de oposição ao regime de Bashar Al-Assad. Em 4/2/2012, Marzouki chegou a anunciar o rompimento de relações com a Síria e a expulsão do Embaixador sírio de Túnis. Deve-se também destacar a importância atribuída às relações com os países do Golfo, importantes parceiros econômicos e comerciais. A realização, em fevereiro último, da I Conferência dos Amigos do Povo Sírio em Túnis, com o apoio financeiro do Catar, é mostra dessa proximidade, sobretudo por parte de integrantes do Governo oriundos do Ennahdha.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Os desdobramentos da Revolução tunisiana afetaram negativamente o país, em diversos aspectos da atividade econômica. A redução da alta taxa de desemprego (19%), um dos principais objetivos de política macroeconômica tunisiana, exigiria um crescimento da ordem de 6% e não poderá ser alcançada este ano. O PIB tunisiano contraiu-se em 1,8%, em 2011, e, segundo dados do FMI, haverá recuperação insuficiente em 2012, com projeção de crescimento de apenas 2,18%.

Nas contas externas, a Tunísia tem apresentado déficits nas Transações Correntes da ordem de 7,5% de seu PIB. Tradicionalmente o país equilibrava seu perfil importador de commodities (inclusive petróleo), mediante superávits auferidos nas transações com a Zona do Euro, sobretudo na Balança de Serviços. Todavia, a crise na economia europeia vem prejudicando as exportações, bem como reduzindo o total de envios de divisas pelos cidadãos tunisianos residentes na Europa. Por outro lado, embora continue deprimido, o turismo externo, de vital importância para o país, já apresenta recuperação de 80%.

A Tunísia pós-revolucionária ainda não apresenta cenário atrativo para investimentos externos. Em maio de 2012, houve o rebaixamento da nota de risco tunisiana pela agência de classificação Standard & Poor's. A esse quadro soma-se, ainda, a instabilidade em posições-chave do Governo. Em junho de 2012, foi destituído o Presidente do Banco Central tunisiano e, em julho, o Ministro das Finanças pediu demissão, alegando divergências internas relativas à condução da política financeira.

O comércio Brasil-Tunísia retomou fluxos similares aos do período pré-crise financeira ainda em 2011, e verifica-se expansão da corrente de comércio. Os produtos exportados pelo Brasil compreendem, principalmente, açúcar e derivados (42% do total em 2011), óleo de soja, café, laminados de ferro e aço e veículos automotores. Entre as importações, destacam-se adubos, fertilizantes e produtos químicos inorgânicos, como superfosfato, fluoretos de alumínio, outros ácidos fosfóricos e fosfatos de cálcio. Embora a entrada em funcionamento de zona de livre comércio entre a Tunísia e a União Europeia possa representar obstáculo para o incremento da participação brasileira no país, existem complementaridades entre as duas economias que tornam provável o incremento das relações econômico-comerciais.

O Brasil representa cerca de 50% do comércio da Tunísia com a América do Sul e poderá constituir, para empresas da Tunísia, valiosa plataforma para as exportações tunisianas ao continente sul-americano.

ANEXOS

Cronologia histórica

- 1574** Incorporação do país ao Império Turco-Otomano.
- 1881** O país torna-se protetorado da França.
- 1956** Independência.
- 1959** Adoção da Constituição e ocupação do cargo de Presidente da República pelo líder nacionalista Habib Bourguiba.
- 1975** Habib Bourguiba torna-se Presidente vitalício.
- 1986** Bourguiba nomeia o General Zine al-Abidine Ben Ali para o cargo de Ministro do Interior e incumbem-o de erradicar o *Mouvement de La Tendance Islamique* (MIT), partido radical islâmico de orientação pró-iraniana.
- 1987** General Ben Ali torna-se Primeiro-Ministro. Afasta Bourguiba do poder, alegando sua incapacidade devido à senilidade.
- 1994/março** Ben Ali é reeleito e o partido do Governo *Rassemblement Constitutionnel Démocratique* (RCD) obtém vitória em todos os 257 municípios do país.
- 1995** Fundamentalistas argelinos atacam uma guarnição na fronteira da Tunísia, reacendendo a preocupação do Governo com relação à possível “contaminação” do país.
- 1995** Assinatura do Acordo de Associação com a União Européia.
- 1996** Parlamento Europeu adota uma resolução condenando as violações de direitos humanos na Tunísia, sobretudo o encarceramento de opositores do regime.
- 1996** Governo tunisiano inicia uma série de reformas destinadas a aumentar a participação de partidos da oposição na vida política do país. Sem comprometer a predominância do RCD, aumentou-se o número de assentos reservados para a oposição, tanto no Parlamento como nos Governos locais.
- 1999** Realizam-se eleições presidenciais e parlamentares. Ben Ali obtém 90% dos votos e é eleito para novo mandato de 5 anos. Pela primeira vez, candidatos da oposição concorreram contra Ben Ali.
- 2002** Adoção de Emenda Constitucional amplia poderes do Legislativo e criou uma segunda instância, a Câmara dos Conselheiros, que começou a atuar em 2005.
- 2004** Ben Ali é reeleito para seu 4º mandato com 96% de apoio dos eleitores.
- 2007** Tribunal tunisiano determina a anulação de uma lei de 1986 que proibia às mulheres tunisianas o porte do véu islâmico. A Corte considerou que a lei em vigor “interferia com as liberdades individuais e ameaçava a liberdade de culto”.
- 2010** Início dos protestos contra o regime de Ben Ali, em dezembro.

2011 Em 14 de janeiro, face à intensificação dos protestos, Ben Ali, dissolve o governo e decreta estado de emergência, na tentativa de manter-se no poder. No mesmo dia, no entanto, deixa o país. O Presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assume como Presidente-interino e o então Primeiro-Ministro Mohammed Ghannouchi forma governo de unidade nacional.

2011 O Primeiro-Ministro Mohamed Ghannouchi pede demissão, em 27 de janeiro, cedendo à pressão de manifestações que exigiam sua saída.

2011 Criação do “Conselho da Instância Superior para a Realização dos Objetivos da Revolução, a Reforma Política e a Transição Democrática”, em 3 de março, instância encarregada de elaborar a legislação que regerá a eleição da Assembléia Nacional Constituinte.

2011 Eleições para ANC, em 23 de outubro. Formação do Governo provisório.

2011 Em dezembro, a ANC elege o novo Presidente, Moncef Marzouki, e o novo Primeiro-Ministro, Hamadi Jebali.

2012/jun – Ex-Presidente Ben Ali, exilado na Arábia Saudita, é condenado à prisão perpétua por mortes decorrentes dos protestos em 2011. Arábia Saudita recusa-se a extraditá-lo.

Cronologia das relações bilaterais

1956 Reconhecimento da Independência do país e abertura do Consulado do Brasil em Túnis.

1961 Instalação da Embaixada do Brasil em Túnis.

1999 Desativação temporária da Embaixada por motivos orçamentários.

2001 Reabertura da missão diplomática brasileira.

2001 Visita a Túnis do então Secretário-Geral das relações Exteriores.

2002 Visita ao Brasil do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Bem Yahia.

2005 Visita de trabalho do então Chanceler Celso Amorim a Túnis em atenção à prioridade atribuída pelo Governo do Presidente Lula ao desenvolvimento das relações com os países africanos e árabes.

2006 Reunião da Comissão Mista Brasil-Tunísia em Brasília.

2008 Visita do então Chanceler Celso Amorim a Túnis.

2009 Visita do então Chanceler Celso Amorim a Túnis.

2011 Visita do Subsecretário-Geral do Itamaraty para África e Oriente a Túnis, em maio.

2012/fev Missão técnica brasileira à Tunísia, entre 30 de janeiro e 3 de fevereiro.

2012/abr Visita do Chanceler Antonio Patriota a Túnis

2012/set Realização em Túnis do Simpósio Internacional "Políticas Públicas para a Inclusão Social", organizado conjuntamente pelo Governo brasileiro, pela FAO e pelo Governo tunisiano.

2012/out Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Marzouki, às margens da III Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Lima.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração
Acordo Cultural.	04/06/1968
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Especiais e Diplomáticos.	04/06/1968
Comunicado Conjunto.	27/11/1990
Acordo Comercial.	27/11/1990
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação.	27/11/1990
Protocolo de Acordo de Cooperação.	30/01/1992
Programa de Cooperação Cultural para o Período 2001 - 2004.	19/07/2001
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos.	19/07/2001
Protocolo de Cooperação para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e Ministério dos Negócios Estrangeiros da Tunísia.	19/07/2001
Acordo sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países.	13/03/2002
Acordo de Cooperação Técnica	13/03/2002
Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Brasil e a Tunísia	16/01/2006

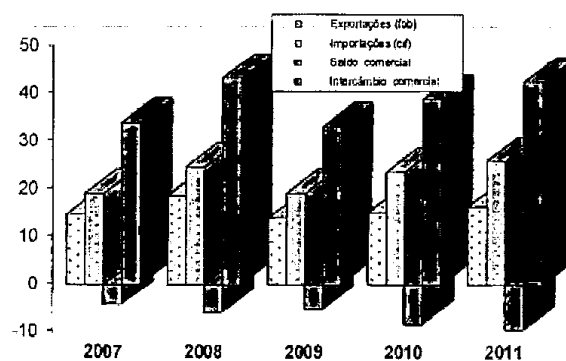
Dados econômico-comerciais

TUNÍSIA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS		
DADOS BÁSICOS		
Nome oficial	República da Tunísia	A Tunísia está situada no norte da África às margens do Mar Mediterrâneo, entre a Argélia e a Líbia. O país possui 1.422 km de fronteiras e um litoral de 1.148 Km de extensão. Entre 1994 e 2004, a Tunísia experimentou um crescimento demográfico médio de 1,21%. De 2004 a 2011, o crescimento médio anual da população foi de 1,0%. Comparando-o as dimensões territoriais do Brasil, é um pouco maior que o Estado do Acre.
Superfície	162.155 km ²	
Localização	Norte da África	
Capital	Túnis	
Principais cidades	Bizerte	
Idiomas oficiais	Árabe e francês	
Moeda	Dinar tunisiano	
População (2011)	10,5 milhões de habitantes	
Elaborado pelo INE/ABRACOM - Divisão de Inteligência Comercial - com base em dados do EIU, The Economist Intelligence Unit, Country R. port August 2012 e United Intelligence Agency, World Factbook (www.cia.gov)		
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)		
PIB Nominal	US\$ 45,9 bilhões	Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 46 bilhões, a Tunísia posicionou-se como a 78ª economia do mundo. Os serviços são responsáveis por 55% do PIB, seguidos pela indústria (35% do PIB) e agricultura 10%.
Crescimento real do PIB	-2,2%	
PIB Nominal "per capita"	US\$ 4.368	
PIB PPP	US\$ 90,4 bilhões	
PIB PPP "per capita"	US\$ 8.605	
Inflação	3,5%	
Reservas internacionais	US\$ 7,3 bilhões	
Dívida externa	US\$ 23,2 bilhões	
Câmbio (TD / US\$)	1,41	
Elaborado pelo INE/ABRACOM - Divisão de Inteligência Comercial - com base em dados do EIU, The Economist Intelligence Unit, Country R. port August 2012 e United Intelligence Agency, World Factbook (www.cia.gov)		

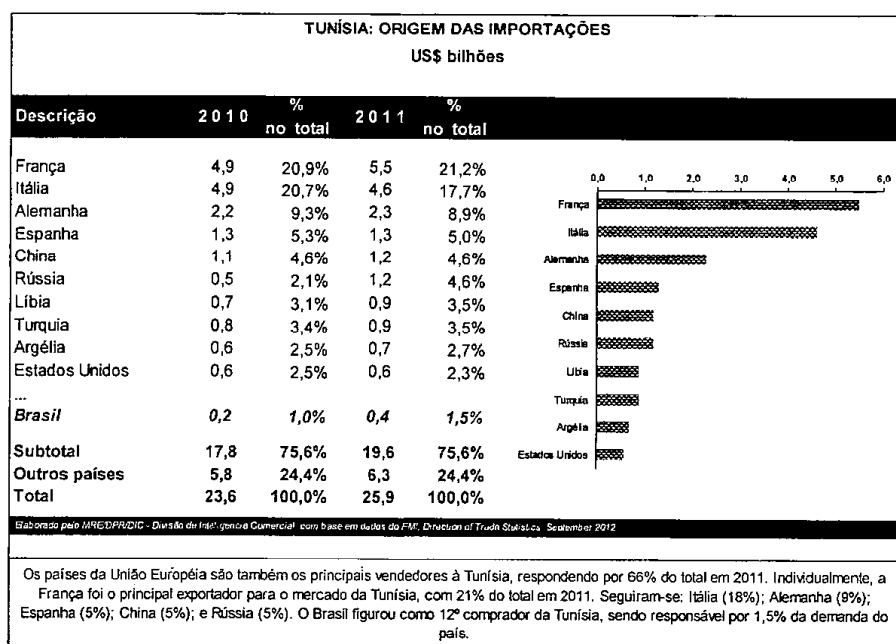
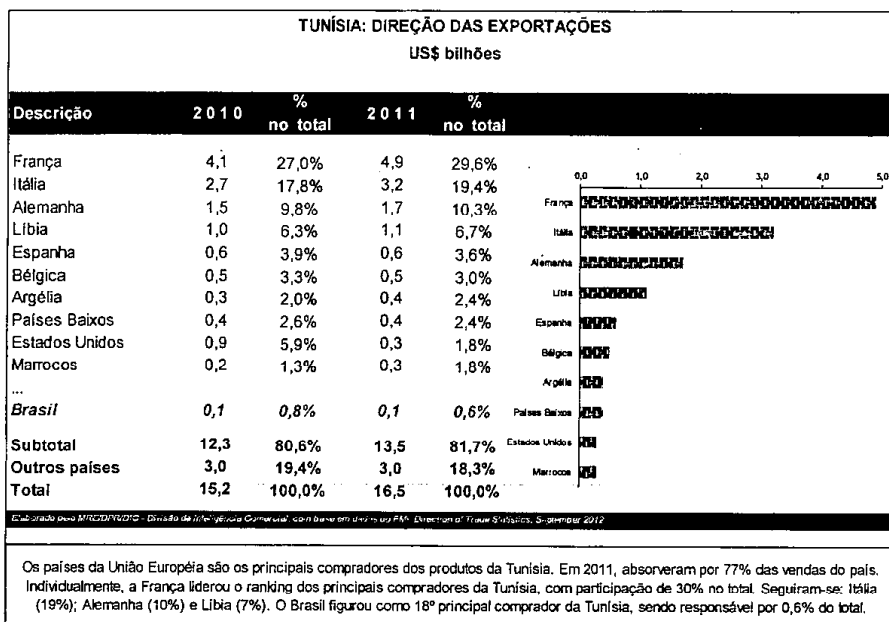
TUNÍSIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	15	19	14	15	17
Importações (cif)	19	25	19	24	26
Saldo comercial	-4	-6	-5	-8	-9
Intercâmbio comercial	34	43	33	39	42

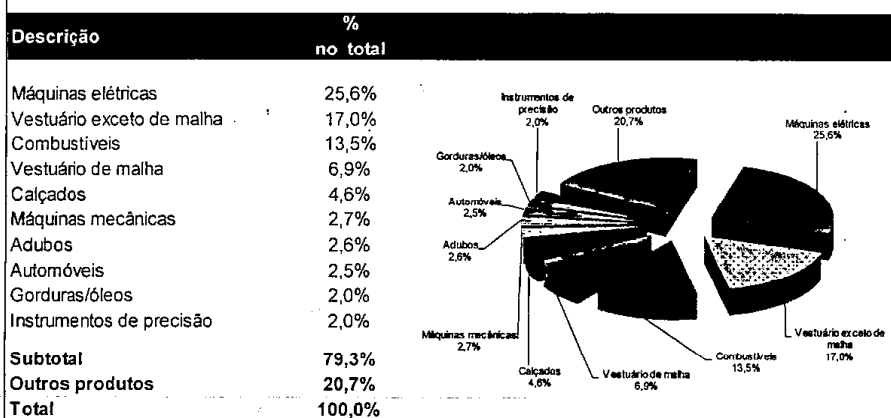
Elaborado pelo IUPERJ/PRODIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da FMI, Direction of Trade Statistics, September 2012.



O comércio exterior da Tunísia apresentou, em 2011, variação de 25% em relação a 2007, passando de US\$ 34 bilhões para US\$ 42 bilhões. No ranking do FMI, a Tunísia figurou como o 76º maior exportador mundial e o 67º importador.



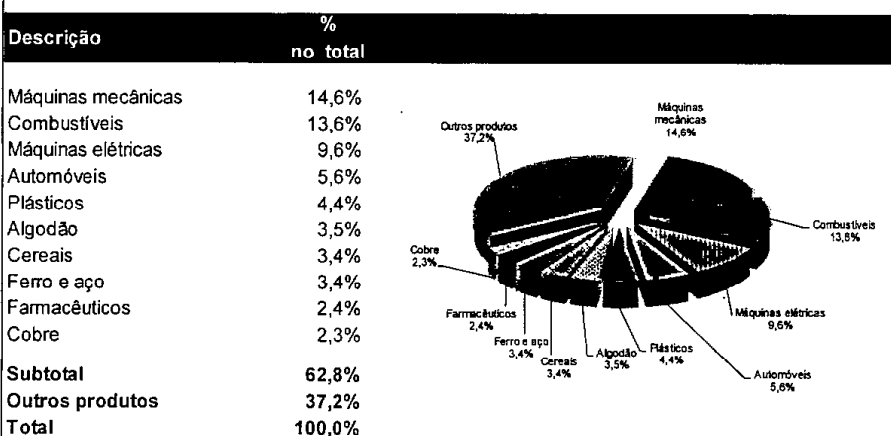
TUNÍSIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

A pauta de exportações da Tunísia é concentrada, os três primeiros grupos de produtos somaram mais que a metade da pauta. Os principais produtos exportados em 2011 foram: máquinas elétricas (26%); vestuário (17%); combustíveis (14%); vestuário de malha (7%); e calçados (5%).

TUNÍSIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %



Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

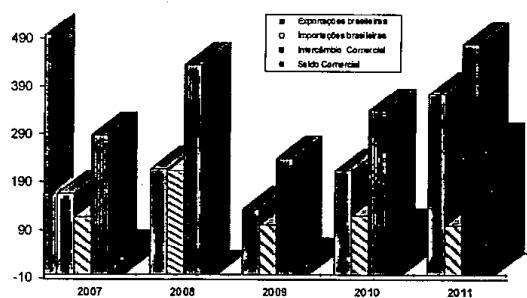
As importações da Tunísia também são composta por bens com alto valor de agregação. Em 2011, as máquinas, combustíveis e automóveis responderam por 43% do total, seguidos de plásticos (5%); e algodão (4%).

BRASIL-TUNÍSIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações brasileiras	169	221	138	218	376	282	234
Variação em relação ao ano anterior	12,8%	30,7%	-37,6%	57,9%	72,8%	153,6%	-17,1%
Importações brasileiras	121	216	105	124	104	75	98
Variação em relação ao ano anterior	49,4%	78,8%	-51,3%	18,1%	-16,0%	-5,7%	30,1%
Intercâmbio Comercial	290	438	243	342	481	357	332
Variação em relação ao ano anterior	25,7%	50,7%	-44,4%	40,7%	40,5%	87,1%	-7,2%
Saldo Comercial	48	5	33	94	272	207	136

Elaborado por: INREDPR/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial, com base em dados do UNICOMEX/Aleceeb

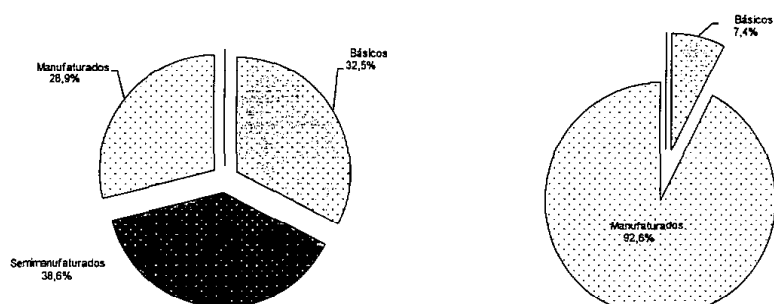
No ranking do comércio brasileiro em 2011, a Tunísia posicionou no 70º parceiro comercial, sendo o 67º na exportação e o 69º na importação. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 66%, passando de US\$ 290 milhões para US\$ 481 milhões. Nesse período as exportações cresceram 123% e as importações decresceram 14%.



BRASIL-TUNÍSIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ milhões, fob - 2 0 1 1				
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	122,3	32,5%	7,8	7,4%
Semimanufaturados	145,5	38,6%	0,0	0,0%
Manufaturados	108,7	28,9%	96,6	92,6%
Transações especiais	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	376,5	100,0%	104,4	100,0%

Elaborado pelo IREDEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

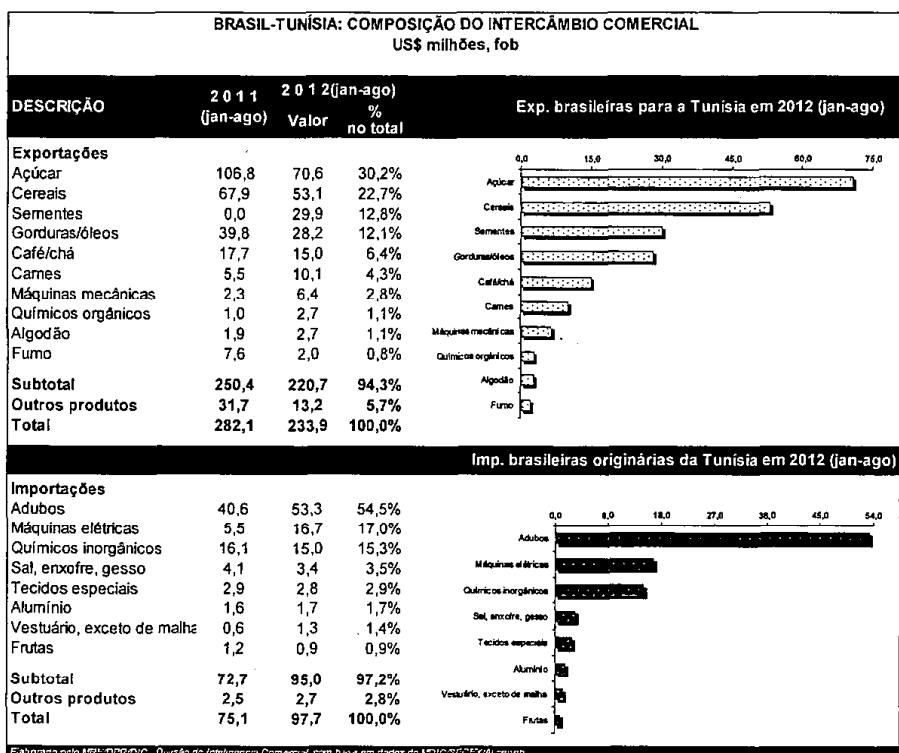
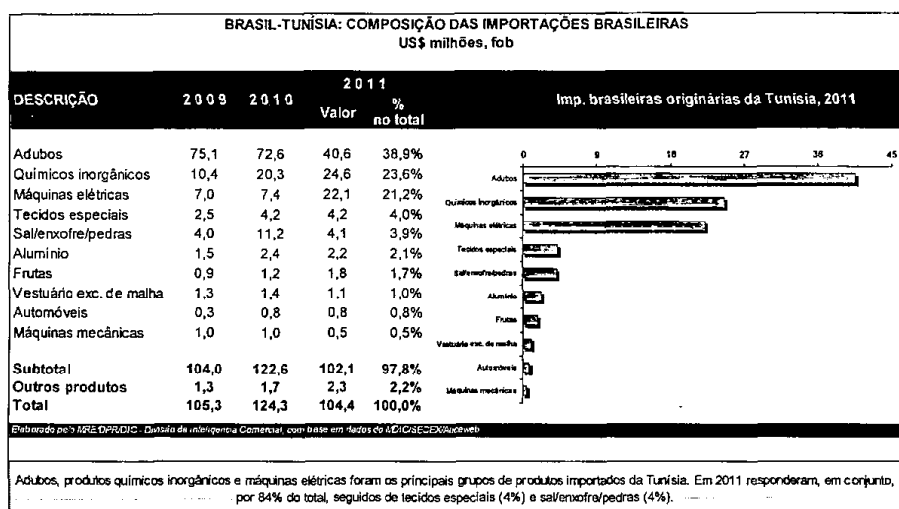
A pauta de exportações brasileiras para a Tunísia é relativamente equilibrada, com produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados ocupando participações similares no total exportado. Por outro lado, os manufaturados predominam na exportação da Tunísia para o Brasil, representando 93% do total.



BRASIL-TUNÍSIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS US\$ milhões, fob				
DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	
			Valor	% no total
Açúcar	46,3	75,4	158,1	42,0%
Cereais	8,5	23,1	76,7	20,4%
Gorduras/óleos	8,1	7,8	44,6	11,8%
Café/chá	10,7	13,6	26,8	7,1%
Automóveis	18,1	29,8	9,2	2,4%
Carnes	6,4	12,0	8,8	2,3%
Fumo	4,8	5,9	7,8	2,1%
Ferro e aço	11,8	12,0	7,4	2,0%
Peles e couros	1,9	5,3	5,5	1,5%
Plásticos	1,4	1,4	4,5	1,2%
Subtotal	118,1	186,3	349,5	92,8%
Outros produtos	19,8	31,6	27,0	7,2%
Total	138,0	217,8	376,5	100,0%

Elaborado pelo IREDEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/ANEXO

Açúcar e cereais são os produtos predominantes na pauta de exportação do Brasil para a Tunísia. Em 2011, os dois produtos somados corresponderam a 62% do total, seguidos de gorduras/óleos (12%); café (7%); e automóveis (2%).



Aviso nº 85 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

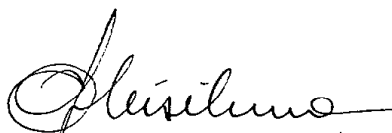
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS: 10206/2013

8

RELATÓRIO Nº _____, DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 17, de 2013 (Mensagem 92, de 14/3/2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

A Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do diplomata indicado, do qual extraímos, para este Relatório, as informações que se seguem.

Nascido em Manaus, Amazonas, em 14 de dezembro de 1955, filho de José de Vasconcellos e Arlette Wanderley de Vasconcellos, graduou-se em Relações Internacionais na Universidade de Brasília, em 1979. Ingressou na carreira de diplomata também no ano de 1979, após ter

concluído o curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco. Concluiu ainda o Curso de Altos Estudos do referido instituto, em 2005, onde defendeu tese intitulada “O esporte e as relações internacionais. Negócios, negociações e projeção de imagem externa via manifestações esportivas”. Ascendeu a Conselheiro em 1997; e a Ministro de Segunda Classe em 2005, sempre por merecimento.

O diplomata indicado desempenhou relevantes cargos na chancelaria, na administração federal e no exterior. Foi Assessor Especial no Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (1995); Coordenador-Geral de Relações Internacionais na Secretaria Nacional de Turismo e Serviços (1995); Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos (1996); Cônsul no Consulado em Rivera (1999); Chefe da Divisão Jurídica (2004); Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (2007); Encarregado do Escritório de Representação na Região Nordeste, com exercício na cidade de Salvador/BA (2010 até o presente).

Quanto ao posto para o qual foi indicado o Senhor Douglas Wanderley de Vasconcellos, importa para esse Relatório trazer algumas informações adicionadas pelo Ministério de Relações Exteriores.

A Federação de São Cristóvão e Névis tornou-se independente no ano de 1983. O país é membro da *Commonwealth*. A Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, do Reino Unido, representada pelo Governador-Geral, que é o vice-primeiro-ministro. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro.

O país é formado por duas ilhas no leste do mar do Caribe. São Cristóvão é a maior delas e concentra 80% da população; Névis está a 3 km de distância de São Cristóvão e goza de elevado grau de autonomia. Membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), o país é a 177ª economia do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional. Com o fim da indústria do açúcar anunciado pelo governo em 2005, cresceu a importância econômica do turismo, bem assim do setor financeiro.

No tocante ao relacionamento bilateral, ele teve início com o estabelecimento da Embaixada do Brasil cumulativamente com a Embaixada em Kingston (Jamaica), em 1985. Em 2009, foi estabelecida a embaixada

residente em Basseterre. No momento presente, outros dois Estados têm embaixada residente em São Cristóvão e Névis (Cuba, Venezuela), bem como Taiwan.

O intercâmbio econômico bilateral é compatível com a dimensão do país insular. Em 2012, o Brasil foi o 7º destino das exportações de São Cristóvão e Névis. Esse país exporta principalmente máquinas elétricas, impressos (livros, brochuras) e bebidas (águas e cervejas de malte). Ele importou do Brasil produtos básicos (carnes) e manufaturados (máquinas elétricas, madeira e ladrilhos).

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório, estimamos estarem os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras membros desta Comissão aptos a sabatar o diplomata e a votar a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 17, DE 2013** (nº 92/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

Os méritos do Senhor Douglas Wanderley de Vasconcellos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma caligrafia fluida e estilizada.

EM nº 00032/2013 MRE

Brasília, 15 de Fevereiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00032 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

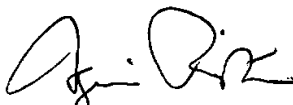
Brasília, 15 de fevereiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS**

CPF.: 210.349.311-72

ID.: 7755 MRE

1955 Filho de José de Vasconcellos e Arlette Wanderley de Vasconcellos, nasce em 14 de dezembro, no Manaus/AM

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD – IRBr

1979 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF

2005 CAE - IRBr, O Esporte e as Relações Internacionais. Negócios, Negociações e Projeção de Imagem Externa via Manifestações Esportivas.

Cargos:

1980 Terceiro Secretário em 2 de setembro

1982 Segundo Secretário, por merecimento, em 22 de dezembro

1986 CAD - IRBr

1989 Primeiro Secretário, por merecimento, em 30 de junho

1997 Conselheiro, por merecimento, em 18 de junho

2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de dezembro

Funções:

1980 Divisão Latino-americana de Livre Comércio, Assistente

1981 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Assistente

1982 Consulado-Geral em Hong Kong, Cônsul-Adjunto

1984 Divisão de Feiras e Turismo, Assistente

1987 Departamento de Promoção Comercial, Assessor

1987 Divisão de Feiras e Turismo, Chefe, substituto e Assessor

1991 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro Secretário

1994 Divisão de Informação Comercial, Assistente

1995 Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Assessor Especial

1995 Secretaria Nacional de Turismo e Serviços, Coordenador-Geral de Relações Internacionais

1996 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe, substituto, e Chefe

1999 Consulado em Rivera, Cônsul

2004 Divisão Jurídica, Chefe

2007 Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Diretor do Departamento de Estrangeiros

2010 Escritório de Representação na Região Nordeste, com exercício na cidade de Salvador/BA

Condecorações:

2010 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

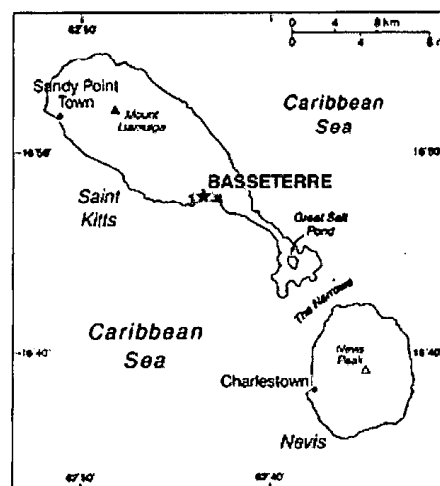
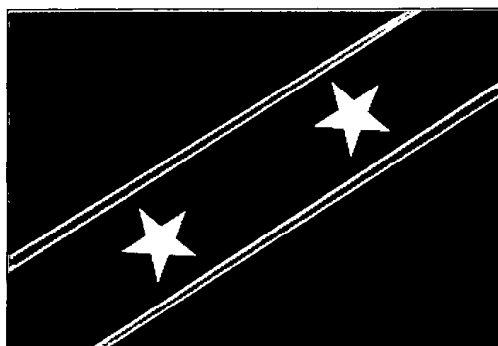
Publicações:

2008 Livro Esporte, Poder e Relações Internacionais, 1ª Edição, Editora FUNAG/MRE


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores

SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS



Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

Dados Básicos	
NOME OFICIAL	Federação de São Cristóvão e Névis
CAPITAL	Basseterre
ÁREA	261 km ²
POPULAÇÃO	50.726
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos, outros protestantes e católicos
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentarista / membro da <i>Commonwealth</i>
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Senado e Assembleia Legislativa)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Sir Edmund Lawrence (desde janeiro de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Denzil Douglas (desde julho de 1995)
CHANCELER	Patrice Nisbett (desde janeiro de 2013)
PIB REAL (2011)	US\$ 703,6 milhões
PIB PPP (2011)	US\$ 875 milhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2011)	US\$ 13.972
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2011)	US\$ 15.600
VARIAÇÃO DO PIB (2011)	-2%
IDH 2011 – ÍNDICE DE DESENV. HUMANO	0,735 (71º entre 186 países; Brasil é o 84º, com 0,718)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,84 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental (XCD)
COMUNIDADE BRASILEIRA	5 brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

Fonte: MDIC

Brasil → São Cristóvão e Névis	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	0,357	0,415	0,537	1,479	1,132	0,938	1,139	5,546	3,020	3,12
Exportações	0,344	0,415	0,488	1,438	0,985	0,938	1,095	3,921	1,625	2,53
Importações	0,013	--	0,049	0,041	0,147	--	0,044	1,625	1,395	0,59
Saldo	0,331	0,415	0,439	1,397	0,838	0,938	1,051	2,296	0,230	1,94

Perfis Biográficos

SIR EDMUND LAWRENCE
Governador-Geral

Nasceu em 1935, na ilha de São Cristóvão.

Economista, formou-se em instituições em São Cristóvão e Névis e na Inglaterra.

Nos anos 1970, estabeleceu o Banco Nacional de São Cristóvão e Névis e Anguilla (*Saint Kitts-Nevis-Anguilla National Bank Limited*). Também foi consultor em outros bancos comerciais caribenhos.

Em 2010, foi nomeado cavaleiro pela Rainha Elizabeth II por seus serviços ao sistema bancário e financeiro.

Em janeiro de 2013, foi nomeado Governador-Geral de São Cristóvão e Névis. O Governador-Geral é o representante da Rainha Elizabeth II no país, e exerce a função de Chefe de Estado *de facto*.

DENZIL LLEWELLYN DOUGLAS
Primeiro-Ministro

Nascido na cidade de St. Pauls em 1953, graduou-se em Ciências em 1977, e em Medicina em 1984.

No final da década de 1980, tornou-se Presidente da Associação Médica de São Cristóvão e Névis.

Foi Ministro das Finanças e do Desenvolvimento Sustentável. Nas eleições gerais de 1995, foi eleito Primeiro-Ministro. Foi reeleito nas eleições de 2000, 2004 e 2010.

PATRICE NISBETT**Ministro da Justiça e Assuntos Legais, dos Negócios Estrangeiros, e do
Comércio Internacional, Indústria, Comércio e Consumo**

Nascido na ilha de Névis, em 1971.

Graduou-se em 1990, pela Sixth Form College (instituição educacional presente em vários países da *Commonwealth*) e se formou em Direito em 1993 pela University of West Indies, Cave Hill Campus, Barbados. Em Trinidad e Tobago, na Hugh Wooding Law School, concluiu seus estudos.

Tornou-se advogado em 1995 e atuou nas áreas civil e criminal, em Névis.

Em 2000, foi eleito pela primeira vez como Parlamentar, pelas paróquias de St. James Windward e St. Thomas Lowland.

Tornou-se Presidente do Conselho da Juventude de Névis em 2001.

Foi reeleito para a Assembleia Nacional em 2004 e 2010. Neste ano, foi nomeado Procurador-Geral e Ministro da Justiça de São Cristóvão e Névis.

Em janeiro de 2013, o cargo de Ministro da Justiça foi dissociado do cargo de Procurador-Geral. Patrice Nisbett manteve-se como Ministro da Justiça e Assuntos Legais e passou a acumular também os cargos de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional, Indústria, Comércio e Consumo.

Relações Bilaterais

As relações bilaterais têm como marco o estabelecimento da Embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis, cumulativa com a Embaixada em Kingston (Jamaica), em 1985. A Embaixada residente do Brasil em Basseterre foi criada em 18 de fevereiro de 2009.

Em abril de 2010, o Primeiro-Ministro Denzil Douglas visitou o Brasil, por ocasião da I Cúpula entre o Brasil e a CARICOM (Comunidade do Caribe), realizada em Brasília. Durante a Cúpula, foram firmados três acordos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Acordo de Cooperação Cultural; e Acordo sobre a Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

Anteriormente, em 2005, o Primeiro-Ministro Douglas havia visitado Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro em missão de observação da CARICOM, que resultou em projetos de cooperação na área de prevenção, assistência e tratamento de HIV/AIDS.

Em 2012, o Primeiro-Ministro Douglas veio ao Rio de Janeiro para chefiar a delegação de São Cristóvão e Névis na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”).

Relações Econômicas

O comércio bilateral ainda é de pequena expressão. Ainda que o intercâmbio tenha se mantido no mesmo patamar de US\$ 3 milhões entre 2011 e 2012, as importações brasileiras sofreram redução pela metade no último ano. O Brasil exporta preparados alimentícios, madeira e cerâmicas, enquanto a pauta de importação é composta por materiais elétricos. Não há empresas brasileiras atuando no país.

Em maio de 2012, foi assinado o documento de adesão de São Cristóvão e Névis ao “Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 38 Brasil-Guiana”, da ALADI, que visa a promover o incremento dos fluxos de comércio bilaterais, por meio do intercâmbio de preferências tarifárias entre as Partes, da cooperação em temas de comércio e da participação crescente do setor privado. Para São Cristóvão e Névis, é a primeira vez que um acordo de abertura comercial é negociado fora do âmbito da CARICOM (Comunidade do Caribe). Na ocasião, foi aventada a possibilidade de se realizar cursos nos países caribenhos, que já contam com um estudo da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) sobre “oportunidades para exportações da CARICOM para o mercado brasileiro”.

Cooperação Técnica

Está em negociação o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, que tem por objetivo desenvolver a cooperação técnica entre ambos os países. A minuta do referido Acordo está em tramitação na Chancelaria de São Cristóvão e Névis.

Para 2011, havia sido planejada missão multidisciplinar pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Basseterre, ainda não realizada, para a prospecção e elaboração de projetos de cooperação técnica nas áreas consideradas de maior relevância para o Governo de São Cristóvão e Névis: formação profissional; HIV (DST/AIDS); esportes; produção de hortaliças e fruticultura e produção de etanol.

Cooperação Esportiva

Com o apoio da Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva do Itamaraty e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foram convidados a enviar um participante cada um dos 22 países da América Central e do Caribe, a Mauritânia, o Mali e a Albânia, para o Curso Internacional de Treinadores promovido pelo Sindicato de Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo. Para o curso, a Federação de Futebol de São Cristóvão e Névis indicou o Senhor Clinton Percival, técnico da seleção de futebol deste país.

Durante o curso, os treinadores estrangeiros assistiram a diversas palestras de profissionais renomados como Muricy Ramalho, Carlos Alberto Parreira, René Simões e Paulo César de Oliveira (técnico da seleção brasileira de futebol de salão), entre outros. Também foram realizadas aulas práticas nos campos da Sociedade Esportiva Palmeiras, e visita ao Museu do Futebol.

A ABC também promoveu curso de um mês em São Cristóvão e Névis, em outubro e novembro de 2011, do técnico Antônio Goldberger Gomes Nogueira, que auxiliou na capacitação da seleção local.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira residente em São Cristóvão e Névis é pequena: há, no momento, registro de cinco brasileiros no país. Os assuntos consulares cabem à Embaixada do Brasil em Basseterre.

São Cristóvão e Névis conta com consulado honorário em São Paulo.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil a São Cristóvão e Névis.

Política Interna

O país é composto por duas ilhas, unidas por uma federação: a ilha de São Cristóvão (mais conhecida, em inglês, pelo “apelido” *St. Kitts*) e a ilha de Névis (cujo nome atual é uma adaptação anglicizada do nome originalmente dado por Cristóvão Colombo, “Nossa Senhora das Neves”).

A Federação de São Cristóvão e Névis tornou-se independente em 1983 e organiza-se de acordo com o modelo de democracia parlamentarista, membro da *Commonwealth*.

O Poder Executivo reside na Chefe de Estado da *Commonwealth*, a Rainha Elizabeth II, mas quem o exerce de fato é o Governador-Geral – oficialmente por ela apontado. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro. O Vice-Primeiro-Ministro é nomeado pelo Governador-Geral.

Como nos demais regimes parlamentaristas, a escolha do Primeiro-Ministro recai sobre o partido ou a coalizão vencedora das eleições legislativas.

O Poder Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, composto por 14 membros (11 eleitos e três apontados pelo Governo).

As eleições ocorrem com periodicidade de 5 anos, podendo ser convocadas em intervalo menor caso o partido do Governo perca a maioria parlamentar. As últimas eleições foram realizadas em 2010. Atualmente, o partido do Governo é o “*Labour Party*” (Partido Trabalhista), e o principal partido de oposição é o “*People's Action Movement*” (Movimento de Ação Popular).

O atual Primeiro-Ministro Denzil Douglas destaca-se como um dos líderes mais politicamente longevos do Caribe anglófono, tendo sido eleito para o cargo sucessivamente desde 1995.

A ilha de Névis dispõe de considerável grau de autonomia, com uma Assembleia separada, composta por cinco membros, e o direito constitucional de sucessão.

Na agenda política de São Cristóvão e Névis, destacam-se a promoção do turismo, o combate à violência urbana e a preocupação com os preços dos produtos básicos, como alimentos, combustível e energia elétrica.

Em dezembro de 2012, a oposição apresentou Moção de Censura contra o Primeiro-Ministro Douglas, aproveitando o momento de estremecimento das relações políticas entre este, de um lado, e seus correligionários, sobretudo o então Chanceler e Vice-Primeiro-Ministro Sam Condor e o então Ministro de Comércio Internacional e Agricultura, Timothy Harris. Além disso, parte da população manifesta-se contrária a duas recentes medidas do Governo: a troca de terras do Governo por

redução da dívida pública junto ao National Bank e o aumento das tarifas de eletricidade.

Com a recente vitória da oposição em Névis e a dissidência dentro do Partido do Governo, existe grande possibilidade de convocação de novas eleições parlamentares. Em 25 de janeiro de 2013, o Primeiro-Ministro Douglas convocou seu então Chanceler Sam Condor e o então Ministro Harris a “renunciarem a seus cargos ou serem demitidos”. O Ministro Harris foi demitido em 28 de janeiro. O Chanceler Condor apresentou sua renúncia em 31 de janeiro.

Política Externa

São Cristóvão e Névis é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).

Quatro países têm Embaixadas residentes em Basseterre: Brasil, Taiwan, Cuba e Venezuela.

O país foi alvo dos esforços de Taiwan para obter reconhecimento dos países caribenhos; em 2007, São Cristóvão e Névis estabeleceu laços diplomáticos com a ilha de Taiwan, em detrimento do relacionamento com a China.

O país é membro da Petrocaribe, iniciativa pela qual a Venezuela fornece petróleo a países caribenhos a preços e condições vantajosas. Como parte da iniciativa, a Venezuela tem desenvolvido projetos voltados à melhoria da infraestrutura energética de São Cristóvão e Névis, como a construção de estações de armazenamento de combustível.

Recentemente, os EUA doaram duas lanchas armadas que se destinam a melhorar o patrulhamento das costas das duas ilhas, o que demonstra a importância atribuída pelo Governo norte-americano à repressão ao tráfico de drogas e armas na bacia caribenha.

Em seu último discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Primeiro-Ministro Douglas abordou os temas de maior interesse da política externa de São Cristóvão e Névis: (i) a renegociação da dívida de pequenas economias; (ii) crítica aos grandes poluidores; (iii) suporte a pesquisas e tratamento do HIV/AIDS, bem como o combate ao preconceito contra soropositivos; (iv) pedido de prioridade para a negociação e assinatura de um tratado sobre tráfico ilegal de armas; (v) pedido de aceitação da presença de Taiwan nos organismos internacionais; (vi) crítica ao embargo norte-americano a Cuba.

Economia, Comércio e Investimentos

Nos últimos anos, tem havido diversificação da economia de São Cristóvão e Névis, com o aumento da participação do turismo, serviços financeiros e indústrias leves na formação do PIB. Com PIB nominal de aproximadamente US\$ 708 milhões em 2012, segundo estimativa da Economist Intelligence Unit e do Fundo Monetário Internacional, São Cristóvão e Névis é a 177ª economia do mundo. O setor de serviços (principalmente o turismo) é o principal ramo de atividade e respondeu, em 2011, por 82% do PIB, seguido da indústria, com 16%, e agricultura, com 2%. Há, também, crescente setor financeiro “offshore”, sobretudo em Névis.

O Governo tem encorajado o desenvolvimento de tecnologia de telemarketing e informação. Há cinco escolas de medicina, enfermagem e veterinária, responsáveis por contribuição substancial para a economia, dentre as quais a mais conhecida é a Escola de Medicina Veterinária de Ross. Névis está investindo em programa de energia geotérmica, o primeiro do Caribe Oriental.

Destaca-se a aprovação pelo FMI, em 2009, de pedido de US\$ 3,4 milhões de dólares em Assistência Emergencial para Desastres Naturais, para ajudar na reconstrução de São Cristóvão e Névis após a passagem do furacão “Omar”. A passagem da tempestade, em outubro de 2008, causou sérios danos materiais, como a destruição do “Four Seasons Resort” em Névis (maior hotel do país).

São Cristóvão e Névis concluiu 2012 com mais um ano de retração da economia (-9% em 2009, - 3% em 2010, -2% em 2011 e -0,7% em 2012). A retração econômica em 2012 deveu-se à queda no turismo no terceiro quadrimestre do ano. Em 2013, o FMI espera uma recuperação da atividade econômica, com crescimento em torno de 2% do PIB.

O acordo “stand-by” com o FMI vem sendo cumprido, segundo declarações do Fundo. O acordo, no valor de US\$80,7 milhões (590% da quota deste país no FMI), introduziu o imposto sobre valor agregado (VAT, de 17%), e elevou substancialmente as tarifas de eletricidade, combustível e internet. A missão do Fundo em janeiro de 2013 realizou a quinta revisão do programa estabelecido no acordo, e elogiou os esforços governamentais na reestruturação da dívida oficial, redução de gastos com o funcionalismo público e na “racionalização” dos subsídios oferecidos na aquisição/construção de imóveis e nos preços de botijões de gás para cozinha.

O dado alarmante é a dívida pública, que, alcançando quase 200% do PIB do país, é, proporcionalmente, uma das mais altas do mundo, e demanda cerca de 25% da receita orçamentária para cobrir juros.

Comparativamente, na OECD, as duas situações mais graves, após São Cristóvão e Névis, na relação entre estoque e serviço anual da dívida pública em relação ao PIB são: Granada, com 119% e 12%; e Antígua e Barbuda, com 117% e 20%, respectivamente. As reservas internacionais do país são de 251 milhões de dólares.

Recentemente, foi anunciada lei para pagamento das dívidas do Governo perante o National Bank, mediante a troca (“swap”) de cerca de 10% do território da ilha de São Cristóvão pela quitação da dívida. Se, por um lado, a medida encontrou oposição popular e dentro do próprio Governo do *Labour Party*, por outro, muitos duvidam da rentabilidade do negócio para os acionistas do banco, dadas as condições deprimidas do mercado imobiliário, fortemente dependente de investidores europeus e norte-americanos.

Comércio

País de economia aberta, o comércio exterior de São Cristóvão e Névis apresentou aumento, em 2011, de 118% em relação a 2007, com um incremento de 18% nas exportações e de 135% nas importações. Em valores, o comércio exterior do país passou de US\$ 563 milhões para US\$ 1,2 bilhão em 2011. Em 2012, o país exportou cerca de US\$ 82 milhões, enquanto importou US\$ 907 milhões.

As exportações de São Cristóvão e Névis são direcionadas em grande parte aos Estados Unidos, que absorveram 52,7% do total em 2012. No mesmo ano, o Brasil foi o 7º destino das exportações daquele país, com participação de 0,5% do total, o que representa uma redução dos 1,4% em 2011. A pauta de exportações de São Cristóvão é concentrada em máquinas elétricas (aparelhos de telefonia celular, resistências elétricas, transformadores e conversores elétricos). Em 2011, as máquinas elétricas somaram 58% do total. Seguiram-se: livros, brochuras e impressos semelhantes (17%); automóveis, principalmente carroçarias para os veículos automóveis (9%); e bebidas, principalmente águas, minerais e gaseificadas, e cervejas de malte (7%).

A Argélia é o principal fornecedor de bens a São Cristóvão e Névis, e respondeu por 60% do total importado pelo país em 2012. O Brasil foi o 29º fornecedor, com 0,2% da demanda importadora do país. A pauta de importação de São Cristóvão e Névis é diversificada em produtos, porém concentrada em bens de alto valor agregado. As máquinas (elétricas e mecânicas) representaram 22% do total, em 2011. Destacaram-se, também, obras de ferro ou aço (5%) e automóveis (5%).

As exportações brasileiras para São Cristóvão e Névis, em 2012, foram compostas em sua maior parte por produtos básicos (carnes) e

manufaturados (máquinas elétricas, madeira e ladrilhos). Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados predominaram, representando a totalidade da pauta em 2012, destacando-se aparelhos de telefonia celular e ladrilhos.

Anexos

Cronologia Histórica

1493 – Em sua segunda viagem para a América, Cristóvão Colombo passa pelas ilhas que hoje compõem São Cristóvão e Névis. O navegador dá à maior das duas ilhas o nome de “ <i>San Cristóbal</i> ” e, à segunda, o nome de “ <i>Nuestra Señora de las Nieves</i> ”.
1623 – Início da ocupação britânica, liderada por Sir Thomas Warner, sua família e mais quatorze membros.
1624 – Colonos franceses liderados por Pierre Belain d'Esnambue, após serem atacados por galeões espanhóis, pedem refúgio na ilha. Inicialmente convivendo pacificamente entre si, os britânicos e os franceses dizimaram a população indígena local e estabeleceram uma próspera produção de cana-de-açúcar.
1628 – A ilha de Névis recebe seus primeiros colonos.
Século XVIII – As ilhas são objeto de disputa entre franceses e ingleses. Em 1782 os ingleses obtêm uma vitória decisiva sobre os franceses na Colina Brimstone.
1783 – As ilhas passam definitivamente para o controle britânico, com o Tratado de Versalhes. Juntamente com o território de Anguilla, as ilhas são unidas em 1882.
1958 – As ilhas passam a integrar a Federação das Índias Ocidentais, na qual permanecem até a sua dissolução em 1962.
1967 – São Cristóvão-Névis-Anguilla tornou-se um estado associado do Reino Unido.
1971 – Dois anos após a revolta de 1969, Anguilla é autorizada a separar-se das demais ilhas (o que é formalizado em 1980), permanecendo desde então como território britânico ultramarino.
1983 – Independência de São Cristóvão e Névis.
1992 – O então Primeiro-Ministro de Névis, Vance Amori, anunciou a decisão de cortar os laços federativos com São Cristóvão em 1992. Contudo, uma eleição local no mesmo ano optou por postergar a ideia. Em agosto de 1998, 62% da população votou pela secessão de Névis, não tendo sido alcançados os dois terços necessários para a aprovação da medida.
1995 – Vitória do Partido Trabalhista sobre o Movimento de Ação Popular. Seu líder, Denzil Douglas, torna-se Primeiro-Ministro. Douglas e os Trabalhistas tornaram a vencer as eleições em 2000, 2004 e 2010.

Cronologia Recente das Relações Bilaterais

25/10/1985: Criação da Embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis, cumulativa com a Embaixada em Kingston (Jamaica)
10/05/2004: Cumulatividade da Embaixada em São Cristóvão e Névis transferida para a Embaixada do Brasil em Bridgetown (Barbados)
2005: Primeiro-Ministro Douglas havia visitado Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro em missão de observação da CARICOM, que resultou em projetos de cooperação na área de prevenção, assistência e tratamento de HIV/AIDS
13/06/2007: Criação do Consulado Honorário do Brasil em Basseterre (capital de São Cristóvão e Névis), com jurisdição sobre todo o país
12/2008: Primeiro-Ministro de São Cristóvão e Névis participa da Cúpula das Américas (CALC), realizada na Bahia
18/02/2009: Criação da Embaixada residente do Brasil em Basseterre
26/04/2010: O Primeiro-Ministro Denzil Douglas representa São Cristóvão e Névis na I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília
05/2012: Assinatura do Protocolo de Adesão de São Cristóvão e Névis ao “Acordo de Alcance Parcial nº 38 Brasil-Guiana”, que visa a promover o incremento dos fluxos de comércio bilaterais
06/2012: O Primeiro-Ministro Denzil Douglas representa São Cristóvão e Névis na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro

Atos Bilaterais

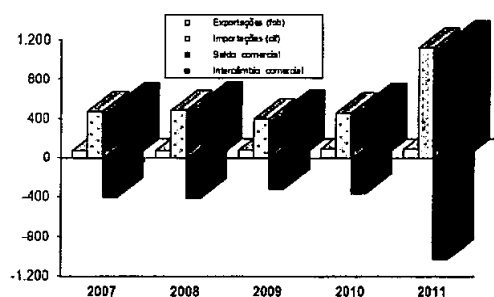
Título	Data de Celebração
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis	26/04/2010
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis	26/04/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010

Dados econômico-comerciais

SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	83,6	84,5	90,3	103,2	98,7	72,6	82,1
Importações (cif)	479,0	489,0	405,8	462,9	1.125,8	827,2	907,0
Saldo comercial	-395,4	-404,5	-315,5	-359,7	-1.027,1	-754,6	-824,9
Intercâmbio comercial	562,6	573,5	496,1	566,1	1.224,6	899,8	989,1

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013



SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	55,9	56,6%	43,3	52,7%
Canadá	9,5	9,6%	7,0	8,5%
Rússia	5,0	5,1%	5,7	7,0%
Alemanha	4,1	4,1%	2,4	2,9%
Santa Lúcia	3,3	3,3%	2,5	3,0%
Dominica	1,8	1,8%	1,5	1,8%
Brasil	1,42	1,4%	0,44	0,5%
Azerbaijão	1,1	1,1%	0,9	1,1%
Turquia	1,1	1,1%	0,4	0,5%
Colômbia	1,0	1,0%	0,8	1,0%
Subtotal	84,1	85,2%	65,0	79,2%
Outros países	14,6	14,8%	17,1	20,8%
Total	98,7	100,0%	82,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013

SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 1	% no total	2 0 1 2 (jan-set)	% no total
Argélia	683,1	60,7%	549,4	60,6%
Estados Unidos	161,7	14,4%	100,4	11,1%
Trinidad e Tobago	88,6	7,9%	76,4	8,4%
Barbados	20,9	1,9%	18,1	2,0%
Cingapura	14,6	1,3%	6,4	0,7%
Reino Unido	10,8	1,0%	9,6	1,1%
Canadá	9,3	0,8%	5,5	0,6%
Noruega	9,3	0,8%	0,3	0,0%
Jamaica	7,9	0,7%	7,1	0,8%
Alemanha	7,3	0,6%	12,8	1,4%
...				
Brasil	2,11	0,19%	2,16	0,24%
Subtotal	1.015,5	90,2%	788,2	86,9%
Outros países	110,4	9,8%	118,8	13,1%
Total	1.125,8	100,0%	907,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do Fitch Directional Trade Statistics, January 2012

BRASIL-SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 8	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2
Exportações brasileiras	938	1.096	3.921	1.626	2.534
Varição em relação ao ano anterior	-4,8%	16,9%	257,8%	-58,5%	55,9%
Importações brasileiras	0	44	1.626	1.395	593
Intercâmbio Comercial	938	1.140	5.547	3.021	3.127
Saldo Comercial	938	1.051	2.295	231	1.941

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Alceaneb

BRASIL-SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	1.400	55,2%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	1.135	44,8%	593	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	---	---
Total	2.534	100,0%	593	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

Aviso nº 185 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 20/03/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:10949/2013

9